

A large, stylized, halftone-style graphic of the number '200' is positioned in the background. The number is rendered in a bold, sans-serif font with a textured, dotted appearance. The word 'agricultura' is superimposed over the '2' and the first '0', and 'em São Paulo' is superimposed over the second '0'.

# **agricultura** **em São Paulo**

**ARTIGOS DERIVADOS DOS  
TRABALHOS DO AUTOR**

# RUY MILLER PAIVA, O PIONEIRO: SUAS IDÉIAS, SEU TEMPO E SEU LUGAR

José Sidnei Gonçalves<sup>1</sup>  
Alceu de Arruda Veiga Filho<sup>2</sup>

## RESUMO

A análise das idéias pioneiras de Ruy Miller Paiva constitui o objeto deste trabalho. Fixando-se nos textos publicados por esse cientista nos anos quarenta e cinquenta, que representam a época da fundação e consolidação, não apenas da economia agrícola como das ciências econômicas brasileiras, revela-se que os mesmos anteciparam inúmeros aspectos do debate e da própria instrumentalização da política agrícola brasileira, ensejada nas décadas seguintes. Além disso, realizaram-se a identificação e análise das fontes de referência teórica e a contextualização das idéias de Ruy Miller Paiva em termos da unificação da economia, realidade e tecnologia, aspectos sempre presentes em sua obra.

**Palavras-chave:** economia agrícola, desenvolvimento econômico, política agrícola, modernização da agricultura.

## RUY MILLER PAIVA, THE PIONEER: HIS IDEAS, HIS EPOCH AND HIS THEORETICAL INSERTION

### SUMMARY

The analysis of the pioneering ideas of Ruy Miller Paiva is the subject of this article. The papers published by the Author during the 1940s and 1950s, at the time of foundation of both agricultural economics and economic sciences in Brazil, anticipated numerous aspects of the agricultural policy debates and instrumentation of subsequent decades. Our article attempts to identify and to analyse the theoretical references and the context of Ruy Miller Paiva's ideas, in terms of the unification of economics with reality and technology, aspects which have always been present in his work.

**Key-words:** agricultural economy, economic development, agricultural policy, modernization of agriculture.

## 1 - INTRODUÇÃO

A agricultura paulista antecipou, em muitos momentos, as transformações que, em períodos posteriores, seriam disseminadas para o Brasil como um todo. O café, produto construtor daquilo que atualmente se conhece como agricultura paulista, mostraria inúmeras características diferenciadoras dos ciclos econômicos que a economia nacional havia experimentado. Antes do ciclo cafeeiro a agricultura paulista conheceu um período de expansão da produção de açúcar, dos fins do século XVIII e que perdurou até a metade do século seguinte, que abrangeu as regiões de Campinas, Porto Feliz, Itu e Moji Mirim (PETRONE, 1968). Além

desse, merece destaque o incremento do plantio de algodão incentivado pelos ingleses por ocasião da Guerra de Secessão nos Estados Unidos na segunda metade do século XIX, e que atingiu as regiões de Botucatu, Jaboticabal e Itapeva dando início inclusive às primeiras indústrias têxteis (CANABRAVA, 1951). Afora essas experiências, o que existia no território, da então Província de São Paulo, era uma atividade pouco expressiva e rudimentar, diferenciando-se quase nada da prática dos nativos da terra, inclusive sendo o tupi a língua mais difundida nas comunidades existentes (BUARQUE DE HOLANDA, 1936). A expansão da cafeicultura, procurando seguir os caminhos da agricultura norte-americana na mesma época, constituiu, ainda, no final do século passado, estruturas de pesquisa agropecuária e escolas agrícolas especializadas, que não apenas internalizaram a base técnica para o café, como para outras culturas que seriam importantes no período posterior à crise de 1930 (GONÇALVES &

---

<sup>1</sup>Engenheiro Agrônomo, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

<sup>2</sup>Economista, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

RESENDE, 1993).

O complexo cafeeiro correspondia a uma conjunção de interesses, não podendo ser entendido apenas focalizando-se a plantação, pois incluía as estradas de ferro, os bancos e as estruturas comerciais. Dessa maneira, mesmo numa realidade primário-exportadora, como era a cafeeicultura paulista no primeiro quartel do século XX, não se pode reduzi-la a mais uma cultura como tantas outras que configuraram os ciclos econômicos anteriores. Na verdade, esse complexo de atividades articuladas em torno do café constitui o germe da indústria, do sistema financeiro, das companhias de transporte e de comércio que sustentaram a expansão da economia e da agricultura paulista e nacional. Os grandes grupos cafeeiros, como o da Família Silva Prado, estavam assentados num enorme arco de atividades, conformando uma atuação global no negócio café, pois eram proprietários, dentre outras, da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, do Banco de Comércio e Indústria e da Companhia Agrícola Fazenda São Martinho<sup>3</sup>. Assim, muitas das atuais "descobertas" da análise da agricultura como um complexo produtivo poderiam ter sido feitas para a produção de café do começo do século.

Outro aspecto renovador do período de hegemonia do café está no campo das políticas públicas, uma vez que as políticas de valorização do café, iniciadas com o Convênio de Taubaté em 1906, correspondem a intervenções estatais que tiveram importantes reflexos na economia nacional (FURTADO, 1989). Trata-se de desenho de políticas semelhante às medidas preconizadas no Brasil e em inúmeros países, inclusive os Estados Unidos, em anos posteriores. Finalmente, como decorrência do efeito multiplicador sobre toda a economia, e como exigência da própria dinâmica do complexo cafeeiro, realiza-se no mesmo período a internalização do padrão industrial correspondente à 1ª Revolução Industrial Inglesa (CANO, 1990). Esses dois exemplos mostram os impactos modernizadores da agricultura paulista na economia nacional, já no ciclo cafeeiro.

<sup>3</sup>As companhias bananeiras de capital norte-americano, que se expandiram na América Central e no Caribe, na mesma época, tinham estruturas bastante assemelhadas com a produção agrícola estruturada ao lado das linhas férreas e comercializada por empresas da própria ferrovia. Tal é o caso da United Fruit que se tornaria, e ainda hoje é, uma das principais empresas do complexo bananeiro mundial (GONÇALVES; PEREZ; SOUZA, 1994).

Entretanto, com as mudanças sócio-políticas decorrentes da revolução de 1930, inúmeras outras ações pioneiras, realizadas no âmbito da agricultura paulista, nas fases posteriores, ficaram diluídas no universo mais amplo da nação ou, mesmo, foram deliberadamente deixadas de lado pela nova correlação de forças hegemônicas, como resultado da necessidade de destacar o caráter nacional das idéias e das políticas, negando os méritos da força do "regionalismo" paulista. Um exemplo disso está no processo de modernização da agricultura, que tem sido periodizado com base na sua presença nacional na década de 1960, sem levar em conta o dinamismo e as medidas adotadas na agricultura paulista nos anos quarenta e cinquenta, quando se intensificou a disseminação do uso de insumos modernos e os resultados da pesquisa agropecuária consolidavam a base técnica que seria expandida no período posterior. A prevalência do discurso nacional tem impedido que muitas análises captem esses elementos fundamentais, que afinal constituíram o núcleo onde expandiria a modernização das demais regiões da agricultura brasileira<sup>4</sup>.

O presente trabalho pretende contribuir para o resgate de outro aspecto no qual a agricultura paulista e, em especial, a Secretaria da Agricultura apresentou-se como predecessora de ocorrências nacionais em períodos posteriores. Trata-se da contribuição em nível das idéias, qual seja do corpo analítico que embasou e sustentou o debate na construção dos mecanismos da modernização da agricultura nacional. A ampliação do alcance do impulso modernizador nos anos seguintes à metade da década de 1960, com base em amplas políticas federais, tendo como principal instrumento o crédito subsidiado faz com que, para a maioria dos analistas, o marco inicial fosse fixado nesse período. Entretanto, o que este trabalho procurará mostrar é que as idéias principais, e mesmo as medidas fundamentais, não datam da metade dos anos sessenta e sim de duas

<sup>4</sup>O período posterior à Revolução de 1930 correspondeu à progressiva perda de poder político e de capacidade de executar políticas públicas para a agricultura pelo Governo do Estado de São Paulo como resultado do processo centralizador, cujo ato final deu-se no período posterior a 1964. Entretanto, inúmeras ações governamentais paulistas, em especial nos anos quarenta e cinquenta, tiveram grande impacto na estrutura produtiva. O trabalho de DULLEY (1988) representa interessante e importante contribuição nesse sentido. Por outro lado, no campo da modernização, o estudo de GONÇALVES (1990) associa os resultados da pesquisa agropecuária paulista ao progresso técnico de várias culturas.

décadas antes, uma vez que surgiram e foram construídas no debate dos anos quarenta, com aprimoramentos nos anos cinquenta. Muitos problemas estão tratados nos textos dessa época, com propostas objetivas e contundentes de estratégias de superação, fazendo com que o ambiente da Secretaria de Agricultura, nesse período, formasse um conjunto de idéias que corresponderiam às formulações adotadas posteriormente.

Nesse ambiente emerge uma figura singular pelo seu pioneirismo e capacidade intelectual. Trata-se do Engenheiro Agrônomo Ruy Miller Paiva, que contribuiria decisivamente para a formulação desse conjunto de idéias, após retornar de curso de pós-graduação nos Estados Unidos, onde obteve o título de Mestre em Economia Agrícola, em fevereiro de 1941, com a tese *Factors Affecting Cotton Production in Southern Brasil* (PAIVA, 1941)<sup>5</sup>. No seu retorno ao Brasil, atuaria decisivamente não apenas na formação da primeira geração de economistas agrícolas da Secretaria da Agricultura, como na constituição da Comissão de Estudos de Economia Rural, em 09/09/1942, que seria o núcleo inicial do atual Instituto de Economia Agrícola (IEA). Ruy Miller Paiva foi o primeiro a obter o título de Mestre em Economia Agrícola e formou os primeiros economistas agrícolas quando nem mesmo o ensino oficial de economia estava estabelecido no Brasil (HOMEM DE MELLO, 1988)<sup>6</sup>.

Esse pioneirismo e sua marca pessoal de abordagens abrangentes revelam-se em inúmeros artigos publicados no início dos anos quarenta. A amplitude de sua visão pode ser vista no estudo "Estimación Preliminar de los Problemas de la Agricultura del Brasil", realizado em 1953 para a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), com versão em português (PAIVA, 1954). Nesse estudo, são apresentadas a evolução e as características da produção agropecuária de dada região

brasileira em particular, para concluir com elementos do que seriam os objetivos de um programa de política agrícola.

Do conjunto de artigos de Ruy Miller Paiva, nos anos quarenta e cinquenta, foram escolhidos alguns para destacar as principais idéias, contextualizando-as no tempo e no espaço. Para isso buscou-se não apenas inserir essas idéias no movimento mais geral do pensamento econômico, seja da época ou das escolas econômicas, bem como recorreu-se aos textos dos autores citados por Ruy Miller Paiva, para caracterizar as principais influências na sua formação.

A influência das idéias de Ruy Miller Paiva se materializaram não apenas na produção da concepção científica. Inúmeros projetos foram realizados com a participação ativa desse pioneiro, como é o exemplo do "Relatório da Comissão de Reerguimento da Lavoura Cafeeira" de 1945, que seria a base da política cafeeira que levou a novo ciclo de expansão da cultura nos anos 50 (RELATÓRIO DA COMISSÃO, 1945)<sup>7</sup>.

Outro trabalho relevante, e que seria concretizado nos anos sessenta, foi o "Estudo para a Melhoria das Condições de Abastecimento", de 1953, em que se projetou em detalhes o atual Entrepósito Terminal da Capital, da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP), inaugurado em 1966, e uma rede de silos e de câmaras frigoríficas atualmente fazendo parte da estrutura dessa empresa pública, e que visavam reduzir as instabilidades do abastecimento da população, em especial do centro industrial em expansão, representado pela capital paulista (RELATÓRIO DA COMISSÃO, 1953).

Finalmente, cabe destacar sua participação na elaboração do documento "Fertilizantes no Brasil", de 1959. Trata-se de um diagnóstico detalhado da realidade vigente à época nesse segmento industrial de insumos modernos para a agropecuária e que se inseria no conjunto dos trabalhos formuladores do Plano de

<sup>5</sup>A Tese de Ruy Miller Paiva, inédita em Português, foi traduzida e incluída nesta publicação.

<sup>6</sup>Segundo BORGES (1995), "o primeiro curso de economia só nasceria no Rio de Janeiro em 1934, como instituição privada. Futuramente seria incorporado à Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, quando da elaboração do Decreto-lei nº 7988, de 22 de setembro de 1945, de autoria de Eugênio Gudin na gestão Gustavo Capanema no Ministério da Educação, no final do Estado Novo. Nasceu desta forma o primeiro curso oficial de economia".

<sup>7</sup> Desde logo, para se evitar equívocos, é relevante lembrar que esse processo constituiu na verdade a implantação de uma nova cafeicultura baseada numa nova base técnica. Isso porque a cafeicultura do início do século era baseada em variedades extremamente exigentes em solos, como a Maragogipe (daí a associação desse ciclo cafeeiro com a ocupação da terra roxa - latossolo roxo - da região de Ribeirão Preto), enquanto o programa de reerguimento baseou-se na disseminação da grande inovação tecnológica da década de 1940, representada pelo cultivar IAC Mundo Novo, também conhecido como "zebu do café" pela grande adaptação a solos menos férteis, como os podzolizados do oeste paulista, derivados do arenito Bauru.

Metas do Governo Juscelino Kubitschek de Oliveira. Esse documento apresenta não apenas um diagnóstico da situação e dos impactos do uso de fertilizantes da agricultura como, após uma radiografia detalhada do setor produtor de insumos, fixa o que deveria constituir as diretrizes e as medidas fundamentais de uma política de expansão da produção brasileira de adubos (BRASIL. Conselho de Desenvolvimento, 1959).

Tendo como base a riqueza desse debate, realizado no âmbito de uma estrutura estatal marcadamente caracterizada pela prevalência da técnica agrônoma sobre o econômico e o social, de um lado, defrontando-se com a força política dos fazendeiros, de outro, é interessante verificar que a militância de Ruy Miller Paiva contribuiu para alterar a qualidade da discussão, internalizando definitivamente as variáveis econômicas e sociais no processo de decisão das políticas públicas. Em mais de uma passagem, os argumentos econômicos, compulsados por uma visão mais ampla que a lógica setorialista, contradiziam frontalmente interesses estabelecidos. Essa contribuição constitui um dos mais importantes legados de Ruy Miller Paiva, como se verifica na análise de alguns dos principais documentos elaborados por equipes multidisciplinares que contaram com a participação do pioneiro da nossa economia agrícola.

## 2 - AGRICULTURA E INTERVENÇÃO ESTATAL: DILEMAS DE UM LIBERAL

A discussão das idéias de Ruy Miller Paiva não pode ser realizada de maneira dissociada do debate em torno do papel do Estado na construção do desenvolvimento nacional e, em particular, da agricultura. Aceita a classificação das teses em duas grandes tendências, liberais e estruturalistas, certamente o posicionamento de Ruy Miller Paiva se inscreve no conjunto do que pode ser denominado pensamento liberal. Entretanto, é preciso qualificar essa afirmação, uma vez que se trata de um liberal que aceita o papel indelegável do Estado para realizar as transformações produtivas relevantes, preconizando a todo instante a necessidade da modernização. Noutras palavras, não se trata de uma postura liberal conservadoramente simplista mas, ao contrário, de um pensador de ampla visão, de formulação complexa e claramente progressista.

A compreensão dos dilemas em que se envolveu esse pensador liberal na construção das idéias em torno da necessidade de políticas públicas, capazes de realizar transformações modernizantes na agricultura, pode ser observada na análise do artigo sobre o planejamento da produção agrícola, do final dos anos quarenta (PAIVA, 1949b). Portanto, trata-se de contribuição datada do período posterior ao fim da Segunda Guerra Mundial, da qual a hegemonia norte-americana na economia ocidental emerge de forma incontestável nos planos econômico, militar, político e comercial. Da mesma maneira, começa a se formar a Guerra Fria, em que, de um lado, postava-se o modelo de economia planejada da União Soviética, outra vencedora da guerra, e, de outro, o modelo de economia de mercado dos Estados Unidos da América. Fechando o quadro mais geral dessa realidade, os EUA desenvolvem o Plano Marshall para recuperar as economias destruídas da Europa e Japão (TEIXEIRA, 1983).

O Brasil vivia, na metade dos anos quarenta, uma enorme controvérsia sobre o desenvolvimento nacional dentro da qual a polêmica fundamental estava associada ao planejamento. Essa contenda envolvia personagens importantes, como Eugênio Gudín (pioneiro da análise econômica no Brasil), Roberto Simonsen (importante liderança industrial paulista e nacional) e Raul Prebisch (dirigente da influente Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL) e transcorreu nos principais fóruns de política econômica e pela imprensa (MAGALHÃES, 1961).

Roberto Simonsen dizia que: "*impõem-se, assim, a planificação da economia brasileira em moldes capazes de proporcionar os meios adequados para satisfazer as necessidades essenciais de nossas populações e prover o país de uma estruturação econômica e social, forte e estável, fornecendo à nação recursos indispensáveis à sua segurança e à sua colocação em lugar condigno, na esfera internacional*" (Simonsen, 1945, citado por MAGALHÃES, 1961). A isso responderia Eugênio Gudín, "*a mística da planificação é ... uma derivada genética da experiência fracassada e abandonada do New Deal Americano, das ditaduras italiana e alemã que levaram o mundo à catástrofe, dos planos quinquenais da Rússia que nenhuma aplicação podem ter a outros países*" (Gudín, 1945, citado por MAGALHÃES, 1961).

Na verdade, apesar do tom com que refutava a tese do planejamento, o que Gudín queria sustentar

era "a primazia da iniciativa privada orientada e estimulada pela autoridade pública" (MAGALHÃES, 1961). Essa pressuposição não era muito distante da de Simonsen que pontificava que "o planejamento econômico é uma técnica não uma forma de governo. Não exclui os empreendimentos particulares. Pelo contrário. Cria um ambiente de segurança de tal ordem que facilita o melhor e mais eficiente aproveitamento da iniciativa privada" (Simonsen, 1945, citado por MAGALHÃES, 1961). Para Raul Prebisch, o significado não era diferente pois, "a programação das inversões particulares não significa de maneira alguma substituir os empresários pelo Estado, mas sim criar as condições favoráveis para que as inversões possam alcançar certos objetivos" (Prebisch, 1953, citado por MAGALHÃES, 1961).

O próprio Eugênio Gudín percebia essa questão ao escrever que "batizar de plano esse conjunto de medidas é pura questão de terminologia e sobretudo de moda, desde que se entenda por plano a velha função do Estado de fomentar a expansão econômica do país, sem invasão do campo de atividades que nas democracias competem à atividade privada" (Gudín, 1945, citado por MAGALHÃES, 1961). Assim, como conclui João Paulo de Almeida Magalhães, "o debate sobre o planejamento não exprime o fundamental da divergência entre os dois grupos. A evolução do debate irá, em verdade, demonstrar que as posições face ao plano resultam de concepções teóricas divergentes sobre o desenvolvimento econômico" (MAGALHÃES, 1961).

Ainda que não se refira a essa controvérsia em torno do papel do Estado no desenvolvimento econômico, Ruy Miller Paiva descarta logo de início a idéia de planejamento "como a coordenação das atividades econômicas, em que se substitui o livre funcionamento dos mercados por um sistema em que os processos de produção, que devem ser executados durante um período determinado, são dirigidos por planos e programas previamente traçados". O conceito adotado pelo Autor "é mais liberal ... (buscando)... a formulação de programas coerentes para as atividades agrícolas. Desse modo ... considera o planejamento como parte da política agrícola, (vista como) a formulação de um objetivo para as atividades agrícolas e do programa para alcançá-lo" (PAIVA, 1949b). Trata-se da contraposição de uma definição claramente associada ao planejamento com grande intervencionismo

estatal, a outra, composta apenas de diretrizes a serem aplicadas em economias de mercado.

O conceito de planejamento criticado por Ruy Miller Paiva consiste no propugnado por LANDAUER (1945)<sup>8</sup>. Utilizando-se da idéia keynesiana, em que os empresários tomam decisões sob condições de incerteza, esse autor argumenta que por essa razão "o sistema de preços não pode coordenar perfeitamente as atividades econômicas individuais. Os preços do momento refletem somente a relação atual entre a oferta e a demanda, com uma correção inteiramente inadequada e acidental por meio da especulação. Na maioria dos casos, os preços presentes constituem a base das decisões de expansão industrial, não porque os empresários sejam tão insensatos que criam que os preços não podem mudar, senão porque é muito raro que encontrem uma fonte adequada de informação a respeito das probabilidades dessa mudança, e por isso aceitam a possibilidade da flutuação dos preços como um risco inevitável de suas empresas econômicas". Para se evitar as tomadas de decisões nessa situação de absoluta incerteza e expor a economia nacional ao mercado instável, deve-se adotar "a planificação como coordenação por meio de um esforço consciente, em vez da coordenação que tem lugar no mercado, e este esforço consciente deve ser feito por um órgão da sociedade e ... consiste na regulação das atividades individuais pela comunidade" (LANDAUER, 1945).

O conceito de planejamento adotado por Ruy Miller Paiva foi o desenvolvido por BLACK (1933)<sup>9</sup>.

<sup>8</sup>Trata-se de um professor da Universidade da Califórnia que, desde o início do seu livro, assenta sua preocupação na incerteza e seus reflexos na renda e no emprego, ao mesmo tempo em que critica tanto os teóricos que, aceitando a "famosa proposição de Say, segundo a qual toda oferta adicional cria uma quantidade igual de nova demanda, ...explicando a origem das depressões pelo exagerado volume de projetos de expansão em épocas de prosperidade (teoria da sobreinversão)", como aqueles que "não aceitando a Lei de Say supõem que é possível uma divergência crescente entre a capacidade produtiva e a renda dos compradores. Crêem que nos períodos de prosperidade, os empresários ampliam tanto suas fábricas que o aumento do poder aquisitivo não consegue acompanhar o crescimento da capacidade de produção (subconsumo)" (LANDAUER, 1945). Trata então de procurar superar o problema da depressão com o planejamento, segundo o autor, de forma compatível com os elementos gerais da teoria keynesiana.

<sup>9</sup>Considerado o mais produtivo economista agrícola de sua geração. Seu mais importante trabalho "Agricultural Reform in the United States", publicado em 1929, mostra profunda compreensão do papel da agricultura na economia. Foi professor da

Para ele "o programa é o procedimento para se efetivar uma política e ...o planejamento agrícola é essencialmente a elaboração de um programa. O termo pode ser usado tanto no sentido mais amplo quanto mais restrito. No sentido mais amplo significa a formulação de um programa de ação articulado e consistente ou deixar imperar o *laissez faire* com respeito à agricultura em todas as fases. No sentido mais restrito pode significar a formulação de programas mais específicos" (BLACK, 1933). Esse autor percebia claramente a diferença entre o discurso e a realização, ao aduzir que "políticas estão definidas em objetivos implícitos em ações mais que claramente expressas em palavras e quando na verdade se revelam em ações são com frequência diferentes das declarações escritas ou orais que dão suporte para implementar as políticas" (BLACK, 1933). Ou seja, os programas de Governo teriam o caráter indicativo para a ação privada.

Essa opção logo na definição de planejamento não iria reduzir os dilemas de Ruy Miller Paiva, pois restava a velha questão, qual seja "a do papel que cabe ao governo na execução da política agrícola. Deverá o Estado restringir-se às funções de órgão fiscalizador e estimulador das atividades econômicas ou deverá estender-se à coordenação, orientação e execução dessas atividades? Traçar uma linha rígida de conduta nesse campo é extremamente perigoso e em se tratando das atividades agrícolas ainda mais difícil se torna" (PAIVA, 1949b). Para o Autor, os agricultores, atuando num mercado de concorrência perfeita, orientam-se para a produção maior a menor custo, e por serem individualistas, rejeitariam ações de conjunto. Se a questão for produzir mais, e a menor custo, o mercado pode oferecer resultados apreciáveis, sem necessidade de intervenção estatal, podendo vigir sistemas liberais, cabendo ao Estado apenas atuar de maneira supletiva. Entretanto, com superprodução e preços

baixos, Ruy Miller Paiva argumenta que o sistema liberal não produz resultados, pois os agricultores, produzindo mais e a custos inferiores, agravariam o problema de superprodução, o que "requer nesse caso maior intervenção do governo para que este force a mudança de atitudes dos agricultores" (PAIVA, 1949b).

Assim, a solução seria dada caso a caso, pesando vantagens e desvantagens, uma vez "que o Estado não tem sido eficiente em suas interferências e que a perda de liberdade individual deve ser considerada desvantagem importante para o agricultor" (PAIVA, 1949b). Naquela época, o Autor considerava que em São Paulo as perspectivas de grande aumento da renda líquida total, sem interveniência do Estado, eram amplamente favoráveis, ou seja, "não há desemprego, os preços estão elevados, não há praticamente excedentes de produtos agrícolas e os lavradores, de um modo geral, não tem maiores dívidas a pagar" (PAIVA, 1949b). O planejamento da produção poderia aumentar a renda total, mas o aumento nesse caso seria insuficiente para compensar os riscos dessa intervenção e as perdas da liberdade individual.

No entanto, segundo Ruy Miller Paiva, a intervenção estatal justifica-se em nome dos interesses gerais da nação, como no caso da exportação de alimentos, pois os preços de arroz, feijão e milho no exterior eram superiores ao mercado interno. Nesse caso, "com a exportação livre, os nossos consumidores teriam de pagar os mesmos preços que os estrangeiros... É verdade que esse aumento nos preços dos alimentos resultaria em um aumento de renda para agricultores e exportadores. Porém, é necessário acentuar que este aumento será obtido a custo de forte diminuição da renda dos consumidores e não através de uma aumento da renda nacional, que aliás seria insignificante... Pode-se assim concluir que no caso dos alimentos, não convém presentemente a São Paulo o comércio livre de exportação" (PAIVA, 1949b). Além disso, outros casos em que o interesse social aconselharia a intervenção estatal seriam no fornecimento de gorduras, leite, ovos e verduras cujo aumento da produção revela-se lento e os preços exorbitantes, sendo necessária nesse caso a interferência com créditos especiais para esses produtos visando atrair agricultores (PAIVA, 1949b).

Em relação ao futuro da agricultura paulista, Ruy Miller Paiva mostra sua preocupação, uma vez que

---

Harvard University e diretor do Advisory Committee on Social and Economic Research in Agriculture, do Social Science Research Council, que era integrado pelas associações norte-americanas de Antropologia, Economia, História, Política Científica, Psicologia, Sociologia e Estatística. Esse Comitê elaborou e publicou, no início da década de 1930, inúmeros documentos, procurando firmar a abrangência e o método para várias áreas da Economia Rural. A influência metodológica dos estudos de John D. Black sobre Ruy Miller Paiva é evidenciada na publicação de artigo no *Journal of Farm Economics*, de 1950, com título semelhante ao do seu mestre norte-americano, "Scope and Methods of Agricultural Economics in São Paulo" (PAIVA, 1950).

"os problemas tornam-se sombrios e requerem uma política muito mais enérgica para que se possa alcançar o ... aumento da renda líquida". Isso porque a crescente modernização da produção, a expansão das terras agricultadas, a queda no ritmo de crescimento populacional e a baixa elasticidade renda dos produtos agrícolas fariam com que a oferta aumentasse mais que a procura, consubstanciando uma realidade de produção excedente e preços baixos. Como as terras virgens haviam desaparecido, os agricultores eram tecnicamente atrasados, e apareciam os primeiros sintomas de maiores exigências dos trabalhadores e crescia o parque industrial urbano, "vê-se que a situação da agricultura de São Paulo não será favorável no futuro". A reversão dessa perspectiva poderia ser feita "sem maior interferência do Estado? Julgamos que são pequenas as possibilidades nesse sentido". Não basta aplicar esses recursos modernos porque é exigida uma diminuição de custos para enfrentar a queda nos preços, para isso é necessária uma interferência mais enérgica do Estado, "sem a qual nossa agricultura não poderá adaptar-se às novas condições e ..., um dos modos possíveis, é regular a aplicação dos recursos econômicos através do crédito, fornecer aos lavradores crédito especial para que cultivem suas terras com as culturas e práticas mais recomendadas, que devem ser aprovadas pelo Estado através do seu órgão especializado" (PAIVA, 1949b).

As idéias de Ruy Miller Paiva configuram no seu conjunto o dilema fundamental vivido pelos liberais em geral. A defesa da plenitude da liberdade individual inscreve-se na dimensão de que o mercado deveria estar imune a distorções impostas por outra instância e, nesse sentido, qualquer mecanismo que viesse macular o direito individual seria contraproducente. Assim Ruy Miller Paiva não rechaça a idéia da economia plenamente planejada por razões de ordem técnica, mas sim por questões de caráter ideológico. O planejamento, executado nas agriculturas dos países soviéticos da época, produzia como resultado uma perda inaceitável da liberdade individual que, mesmo sendo eficiente, traria mais desvantagens que vantagens. Desse modo, esse modelo não seria concebível numa sociedade "que prezava a liberdade".

Entretanto, Ruy Miller Paiva tinha consciência de que o mercado tinha enormes limitações para o enfrentamento dos desafios ao desenvolvimento nacional. Apenas a intervenção estatal seria capaz de promo-

ver o rompimento dessa inércia, que conduzia agricultores e sociedade ao empobrecimento e estagnação. Numa realidade de escassez, a resposta em termos de produção crescente e custos cadentes seria satisfatória, o que não ocorreria numa realidade de superprodução e preços baixos. Essa contradição, presente já nos clássicos do liberalismo, está claramente exposta nas idéias de Ruy Miller Paiva. Derivada da Lei de Mercados de Say, essa formulação não contempla o cenário de crise, não explicada consistentemente, e que deriva de alguma distorção que impediu a vigência do mecanismo equilibrador do mercado<sup>10</sup>. Essa concepção liberal do século XVIII havia sido abalada pela Grande Depressão do fim do século XIX com mais uma década de superprodução e estagnação<sup>11</sup>.

Conquanto não tenha apresentado argumentação para sustentar a intervenção estatal na vigência de crise de superprodução e preços baixos, fiel à sua postura liberal, Ruy Miller Paiva condena explicitamente o controle estatal diretamente sobre o mercado. Isso fica ainda mais nítido na condenação das políticas de valorização do café. Na sua visão, as vantagens da estocagem e "fiscalização econômica" para controlar as variações anuais de produção de café são incontestáveis, mas deve-se estar atento para "um perigo, em que se incorre freqüentemente, com essas operações de fiscalização e que é a de transformá-la, facilmente, em um perigoso plano de valorização" (PAIVA, 1949b). Essa postura de Ruy Miller Paiva, em declarar perigosos os planos de valorização do café, contradiz a experiência histórica brasileira de intervenção estatal no mercado.

Essa política, iniciada na primeira década do século XX com o Convênio de Taubaté e realizada

<sup>10</sup>Contudente, nesse aspecto, revela-se a crítica de BRUNHOFF (1991) para quem: "os novos clássicos não têm mais teoria da crise do que já tinha o pensamento econômico tradicional. Para eles a crise não é uma categoria econômica. Na perspectiva de regulação pelo mercado, existem, no máximo, desequilíbrios temporários que geram flutuações de curta duração e que se corrigem por si mesmos".

<sup>11</sup>HOBBSAWM (1984) mostra o erro histórico da Inglaterra em ficar presa à idéia do mercado auto-regulável para enfrentar essa crise. Para ele, "a crise não foi apenas passageira e... ao contrário de outros países, que recorriam agora a tarifas aduaneiras, para proteger tanto sua agricultura como seus mercados industriais (como a França, a Alemanha e os Estados Unidos), a Grã-Bretanha apegava-se com unhas e dentes ao livre comércio".

também nos anos vinte, segundo Celso Furtado (em livro de 1959), representava a percepção precoce da burguesia cafeeira da importância do controle do Aparelho de Estado e de possibilitar a intervenção estatal em benefício de seus interesses econômicos, sendo que os benefícios dessa ação anticrise para a economia brasileira teriam sido palpáveis (FURTADO, 1989). Na verdade, a valorização do café, configurava-se como uma política sustentadora da demanda efetiva, realizadas duas dezenas de anos antes da publicação, em 1936, da obra de John M. Keynes que, numa crítica direta ao liberalismo clássico, revolucionaria a teoria econômica (KEYNES, 1983). Na década de 1940, nesse aspecto, Ruy Miller Paiva permanecia fiel aos ditames do liberalismo clássico, numa postura centrada na oferta e que desconsiderava a demanda<sup>12</sup>.

Entretanto, conquanto houvesse mantido esse posicionamento de defesa das idéias liberais, Ruy Miller Paiva tinha também claro que o enfrentamento dos desafios do desenvolvimento econômico exigia muito mais que um simples ajuste pelo mercado. Exemplo disso está na defesa das restrições às exportações de alimentos, ainda que os preços externos fossem maiores que os internos, com base nos interesses gerais da nação. Isso porque era insustentável, na época, um aumento de preços dos alimentos para o consumidor urbano, o que prejudicaria também o desenvolvimento industrial. No geral, contudo, face aos requerimentos do momento, as condições de pleno emprego, preços elevados e agricultores pouco endividados não recomendavam a intervenção estatal para o aumento da renda líquida total. Ou seja, excetuando-se as medidas garantidoras do abastecimento interno, o próprio mercado seria capaz de responder aos desafios da conjuntura.

O problema estava relacionado com o futuro, pois Ruy Miller Paiva tinha clareza da incapacidade da agricultura realizar o salto da modernização, saindo de uma atividade extensiva, baseada em terras e trabalho,

para ser intensiva em capital, incorporando insumos e máquinas agrícolas. Mais uma vez fica claro que a formulação de Ruy Miller Paiva estava indelevelmente centrada na oferta. Sua preocupação primeira era elevar a produção a custos cadentes. Nesse aspecto, a influência do passado, ligado à geração de tecnologia no Instituto Agrônômico, com certeza exerceu papel decisivo. E os obstáculos à modernidade, que dificilmente seria construída no prevalecer das livres forças de mercado, levaram Ruy Miller Paiva a superar os limites puros da doutrina liberal para propor a intervenção estatal para o desenvolvimento da agricultura. E nesse movimento intelectual acaba por conformar, ainda nos anos quarenta, as idéias básicas que, nas décadas posteriores, ajudariam a direcionar a política agrícola brasileira.

Ruy Miller Paiva na formulação de sua política agrícola, "*compatível com uma economia liberal*", defendia a utilização do crédito como principal instrumento para impulsionar o processo de modernização da agricultura. E não se tratava de qualquer mecanismo, mas do fornecimento de crédito especial com operacionalização e juros compatíveis com a possibilidade de atrair agricultores, além da vinculação do acesso ao uso de técnicas recomendadas pelos órgãos governamentais. Em grandes linhas, foi exatamente essa configuração da política de crédito rural no período áureo da modernização da agricultura, da metade dos anos sessenta até o final da década de 1970. Com essa vinculação da oferta de dinheiro barato ao uso de um pacote tecnológico, Ruy Miller Paiva acreditava que a agricultura brasileira seria capaz de dar o salto de modernidade, que na época estava ocorrendo em outros países. Apenas com esse desenvolvimento seria possível, pela redução de custos e aumento da produtividade, que a agricultura brasileira pudesse inserir-se numa realidade de aumento de produção a preços cadentes.

Desse modo, a contribuição intelectual pioneira de Ruy Miller Paiva circunscreve-se dentro dos marcos da defesa da doutrina liberal ao defender a razão individual. Mas supera essa concepção para enfrentar o desafio maior de sua obra: construir o caminho para o desenvolvimento nacional, com a execução de políticas públicas capazes de sustentar adequadamente a superação dos obstáculos da modernização da agricultura. Nesse sentido faz companhia aos clássicos liberais que, após defenderem suas postula-

<sup>12</sup>Interessante nesse aspecto é que Ruy Miller Paiva, embora tendo feito sua formação nos Estados Unidos da América, não tivesse levado em conta a intervenção estatal que constitui a característica da própria formação da agricultura norte-americana no final do século XIX, reforçada com o contínuo aprimoramento do instrumental desde os anos vinte deste século, e que conforma uma das produções agropecuárias mais protegidas e, por isso, competitivas, do mundo. Desconsidera também a experiência do New Deal, em que a intervenção estatal representou a forma consistente de enfrentamento e superação da crise nos anos 30 (FRIEDMANN & McMICHAEL, 1989).

ções de desaprovação da intervenção estatal, acabam por aceitá-las para uma gama de tarefas que a atuação livre do mercado auto-regulável não dá conta de executar. A maioria dos clássicos de tendência liberal terminam suas obras com a apresentação de uma série de situações em que os pressupostos liberais se mostram insuficientes para o enfrentamento da realidade.

Essa postura está muito clara, por exemplo, em John Stuart Mill nos seus **Princípios de Economia Política** de 1848. Após apresentar os fundamentos e a defesa do *laissez-faire* como regra geral, esse autor clássico argumenta que " *na prática, o Governo nem sempre tem condições de parar aquém do limite que define os casos intrinsecamente adequados para a intervenção dele. Nas circunstâncias específicas de determinada época ou nação, dificilmente há alguma coisa realmente importante para o interesse geral que não possa ser desejável, ou até mesmo necessário, que o estado assuma, não porque os particulares não tenham condições de fazê-lo eficientemente, mas porque não o farão... Em muitas regiões do mundo, o povo não é capaz de fazer por si mesmo nada que demande grandes recursos e trabalho conjunto, e em conseqüência tais coisas deixam de ser feitas, se o Estado não as executar,...* consiste em fazer, sim, aquelas coisas, que devido à falta de capacidade da comunidade, é obrigado a assumir, mas de uma forma que não tenda a fazer aumentar e perpetuar esta incapacidade, mas a corrigi-la. Um bom governo dará toda a sua ajuda de uma forma capaz de encorajar e fomentar no povo quaisquer rudimentos que puder encontrar de um espírito de iniciativa individual" (MILL, 1983).

Essa concepção liberal de John Stuart Mill coaduna-se perfeitamente com as idéias de Ruy Miller Paiva, não apenas na defesa do *laissez-faire* com regra geral como, também, na imposição de limites a esse mecanismo como elemento capaz de superação de obstáculos ao desenvolvimento<sup>13</sup>. A proposta de intervenção governamental utilizando o crédito rural vinculado à adoção de um pacote tecnológico, mas respeitando o princípio de livre adesão dos agricultores, nada

mais é que buscar "encorajar e fomentar o espírito de iniciativa individual". Também está presente em Ruy Miller Paiva a preocupação de John Stuart Mill de que as intervenções governamentais, via de regra, superam os limites compatíveis com a manutenção da plena liberdade individual. Noutras palavras, os dilemas do liberal Ruy Miller Paiva são comuns aos principais formuladores da doutrina liberal: a necessidade de intervenção estatal para enfrentar os desafios do desenvolvimento e, também, de manter o livre arbítrio como principal direito individual.

### 3 - ENGENHARIA DE PRODUÇÃO E MODERNIZAÇÃO: A UNIFICAÇÃO DA ECONOMIA, TECNOLOGIA E A REALIDADE NA PRODUÇÃO INTELECTUAL

A obra intelectual de Ruy Miller Paiva está intrinsecamente ligada à busca de discutir os caminhos, os obstáculos e as políticas destinadas a promover a modernização da agricultura, de modo que a mesma cumpra o papel esperado no processo de desenvolvimento econômico. As posições desse pioneiro da economia agrícola somente podem ser entendidas no contexto em que se deu sua formação intelectual. Como engenheiro agrônomo, sua primeira atuação profissional foi em 1936 como pesquisador da Seção de Algodão do Instituto Agronômico (HOMEM DE MELLO, 1988). A cotonicultura paulista vinha conhecendo, desde a metade dos anos vinte, verdadeira revolução na base técnica, por meio do melhoramento genético que elevava a produtividade da cultura e a qualidade da fibra. A década de 1930 representou um período de incrível dinamismo, e o jovem Ruy Miller Paiva integrara-se como profissional exatamente na equipe que gerara resultados incontestáveis no sentido da modernização que sustentou a expansão algodoeira<sup>14</sup>.

No início dos anos quarenta (outubro de 1939 a fevereiro de 1941), outro acontecimento viria reforçar a inserção da modernização da agricultura como a

<sup>13</sup> Interessante e ilustrativa nesse aspecto é a conclusão de WOLFF (1990), para quem " *a confusão do pensamento político americano contemporâneo revela-se no fato paradoxal de que tanto os liberais quanto os conservadores têm como ponto de partida o pensamento de Stuart Mill, donde emergem tanto os princípios da formulação não intervencionista do Estado como o embrião do Welfare State*".

<sup>14</sup> A comparação entre os dados de desempenho da cotonicultura nos dez anos, compreendidos entre 1925-35, revelam a magnitude do trabalho desenvolvido sob a coordenação e liderança de um dos maiores cientistas brasileiros de todos os tempos, Raimundo da Cruz Martins, que chefiava a equipe de pesquisadores do IAC, da qual Ruy Miller Paiva fazia parte. Uma visão do desenvolvimento do complexo têxtil brasileiro, no tocante ao progresso técnico, pode ser encontrada em URBAN et al. (1995).

preocupação fundamental de Ruy Miller Paiva. Foi escolhido para realizar treinamento no exterior, na especialidade de tecnologia de fibras, pois a qualidade da fibra era indispensável ao melhoramento genético do algodão. Pensou estudar, também, economia agrícola e, buscando conciliar seu interesse pessoal com o institucional, escolheu o Agricultural & Mechanical College of Texas, em College Station (HOMEM DE MELLO, 1988). A formação em economia agrícola foi realizada numa realidade em que as transformações profundas da base produtiva tiveram como sustentação fundamental a tecnologia, na forma de insumos e máquinas modernas.

Desse aperfeiçoamento no exterior, três elementos fundamentais marcariam a formação de Ruy Miller Paiva e que estariam presentes em todos os seus trabalhos: a) a agricultura norte-americana constituía-se na mais importante, moderna e dinâmica do mundo tendo incrementado significativamente a inovação tecnológica nos anos trinta; b) tratava-se de instituição de excelência em tecnologia agropecuária, com especialização num dos elementos fundamentais da modernização agrícola, representada pela mecanização, pois foi com essa técnica que, mesmo na diminuição da mão-de-obra, a produção dos EUA crescera na década de 1930; c) a necessidade de conciliar o estudo da economia agrícola com a tarefa de apreender tecnologia de fibra de algodão, que é muito sensível, e cuja qualidade depende da realização correta de inúmeras técnicas, em especial da mecanização, conforma-o como um intelectual que, ao mesmo tempo em que incorpora a racionalidade econômica, tinha uma visão profunda e ampla do processo de produção na agricultura.

Essa perspectiva de entender a transformação por dentro do processo de produção estaria presente em todos os seus elementos principais, na sua tese de mestrado em economia agrícola. Tratava-se, no contexto, da escola de economia agrícola norte-americana da qual derivaria a maior parte da brasileira, quase que certamente do primeiro trabalho científico realizado sobre a agricultura nacional. O conteúdo tratava dos fatores que afetam a produção de algodão no Sudeste brasileiro, numa abordagem abrangente que procurava entender a modernização dessa cultura nos anos trinta e os desafios da continuidade desse processo. Uma constatação fundamental desse estudo está na evolução da produtividade da cultura do algodão e, principalmente, da melhoria da qualidade da fibra que, em 1923, tinha 18%

entre 22-24 mm, e 82% entre 24-26 mm; em 1935 tinha 99,3% entre 28-30 mm. Isso, como resultado de um intenso programa de melhoramento e de uma política ativa de organização da transformação da base técnica, mostrando os expressivos resultados da intervenção estatal (PAIVA, 1941).

Mas outros elementos importantes seriam abordados nesse estudo abrangente dos fatores que afetam a cotonicultura. Os solos onde se instalava a cotonicultura eram sujeitos à erosão e uma série de práticas, apesar de recomendadas, não eram adotadas. Entretanto, as técnicas de manejo do solo eram alteradas com a internalização de práticas modernas nas plantações como era o caso do uso de fertilizantes, que aumentava com a expansão algodoeira no Sudeste brasileiro. *"Na safra 1938/39 a área cultivada com algodão em São Paulo foi de 372.978 alqueires e 9% dessa área foi fertilizada. O Governo de São Paulo tem um agência para análises químicas de solos. Os resultados dessas análises são entregues aos fazendeiros livres de taxas com a orientação quanto ao tipo de fertilizantes a usar. Milhares dessas amostras são remetidas anualmente a essa agência pelos fazendeiros mas... o amplo uso de fertilizantes pelos agropecuaristas é limitado pelo alto preço e também pela natureza do solo"* (PAIVA, 1941).

Mas, no tocante à modernização, a tese de Ruy Miller Paiva não foge ao tratamento do delicado problema inerente à relação entre a qualificação da mão-de-obra e a mecanização da agricultura. Comparando sempre a realidade do Sudeste brasileiro com a norte-americana, escreveria que *"a impressão que um homem de negócios norte-americano tem da realidade brasileira é que o povo é preguiçoso... Mas isso decorre de diferentes filosofias de vida. A produção por trabalhador é baixa e essa pequena produção tem muito pouco a ver com a filosofia de vida. Na verdade isso decorre das condições econômicas e sociais. Aquilo que é feito com 42 homens no Brasil geralmente é feito por 12 a 16 nos EUA"* (PAIVA, 1941). Procurando explicar a diferença de produtividade do trabalho entre os Estados Unidos e o Brasil, Ruy Miller Paiva passa a verificar mais profundamente indicadores econômicos e sociais que são responsáveis por essa situação.

Destaca três elementos explicativos dessa baixa produtividade do trabalho: saúde do trabalhador, qualificação e tamanho da lavoura. No tocante à saúde

do trabalhador escreve que *"a baixa produtividade por trabalhador no sudeste brasileiro pode ser explicada parcialmente pela situação de saúde precária do trabalhador rural... Essas doenças são decorrentes da baixa condição financeira da população rural"*. No tocante à deficiência educacional diria que *"a qualificação do trabalhador rural é muito insatisfatória. Essa desqualificação pode ser esperada de um homem sem uma educação apropriada... O uso de máquinas no Brasil não avança devido ao fato de que os trabalhadores não tem recebido treinamento a esse respeito... O recente incremento da produção de algodão tem forçado um grande uso de máquinas. Mas a grande parcela da área ainda é cultivada no sistema da enxada"*. Além disso, a prevalência de pequenas áreas de lavouras seria funcional com essa baixa produtividade, porque 85,8% dos cotonicultores cultivavam até 10 alqueires (24,2 hectares) e representavam apenas 33,7% da área plantada, com médias de produção por área inferiores, puxando a média da produtividade do trabalho para baixo (PAIVA, 1941).

Desse modo, a elaboração da tese forjaria em Ruy Miller Paiva a apreensão de uma concepção original, que apenas o conhecimento profundo da realidade poderia dar conta. Na comparação entre as realidades algodoeiras do Sudeste brasileiro e a norte-americana, tinha ele muito claro que o comportamento das estatísticas poderiam não revelar problemas centrais para o futuro da atividade. A cotonicultura paulista havia experimentado avanços espetaculares na década de 1930, mas ainda assim mostrava índices de produtividade do trabalho muito aquém dos verificados na principal e mais moderna nação algodoeira mundial. Daí, mesmo nessa realidade de sucesso, a modernização ser essencial, não apenas para a construção do presente, mas fundamentalmente para garantir competitividade futura. Não era portanto uma concepção idealizada da realidade, mas produto do aprofundamento da análise dessa realidade, procurando na sua essência os elementos explicativos sobre os quais era necessário atuar para transformá-la, que para Ruy Miller Paiva seria modernizá-la.

Esse apego à idéia da modernização da agricultura, cuja obsessão foi tão forte que perpassa toda sua obra, seria reforçada pela sua vivência profissional dentro da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, atuando em contato direto com a realidade na área de pesquisa em economia agrícola, que ajudara a

criar em 1942. Isso fica muito claro ao se avaliar seu trabalho "Uma característica da agricultura em São Paulo", da metade dos anos quarenta, em que procurava explicações do porquê da produção paulista não responder aos estímulos do aumento da demanda durante a II Guerra Mundial (PAIVA, 1946). A procura de explicações para o desapontamento quanto ao desempenho da agricultura estadual, face à esperança que nela haviam depositado os aliados, revela a perspicácia de um estudioso com profundo conhecimento da realidade e visão histórica, sem o que a resposta seria inadequada pois, em momento exatamente anterior a ela em termos de modernização e aumento de oferta de vários produtos, havia sido expressiva. Cabia então responder por que o fracasso, se antes o sucesso fora retumbante?

A resposta simplista, sustentada apenas por tendências estatísticas mais gerais, não era satisfatória e para contemplar a solução da arguição Ruy Miller Paiva traça, com raro brilhantismo, a evolução da agricultura paulista naquela época. No período áureo do café, dizia ele, nas zonas novas da cultura que caminhava rumo ao Oeste, eram realizados investimentos em estradas, desbravamentos de terras virgens, instalação de novas plantações, construções de benfeitorias, criação de cidades, investimentos esses que eram sobejamente recompensados pelas futuras colheitas. Nas zonas velhas, onde o café já havia lançado uma civilização, *"o processo de produção era decrescente à custa de capital empatado em outros tempos, sem novos investimentos, apenas usando estradas, benfeitorias, máquinas e amazéns, etc já construídos e feitos para a produção de café"* (PAIVA, 1946). As plantações eram de culturas rotineiras e quase a totalidade das terras "largadas" em pastos.

Entretanto, nas zonas velhas, *"apesar da imigração constante para as zonas novas, onde os salários eram maiores, essas regiões ainda caracterizavam-se pela abundância de braços trabalhadores e de muitos fazendeiros e antigos filhos de antigos fazendeiros com bastante inclinação e prática para a lavoura, que poderiam organizar e administrar grandes plantações ... Essas regiões também caracterizavam-se pela boa qualidade de suas terras que, embora não pudessem mais produzir café, prestavam-se admiravelmente para outras culturas. De modo que essas zonas velhas se achavam em condições de dar grande expansão a certas culturas que apresentassem condições de*

preços e de mercado favoráveis" (PAIVA, 1946). Nessa enorme "capacidade ociosa" encontrou, o Autor, a resposta para o grande crescimento da produção na década de 1930.

Esse "boom" das várias culturas na década de 1930, após a crise do café representou, portanto, nada mais que a utilização, até a saturação desses fatores subempregados nas zonas velhas. Assim, "todas as zonas chamadas velhas, como se rejuvenescessem, transformaram-se em zonas prósperas. Voltou a elas o progresso, com o aumento das áreas cultivadas e melhoria das condições de produção. Puderam empregar máquinas, usar adubos, construir benfeitorias, etc. Alguns de seus municípios chegaram a ser os maiores produtores desses novos artigos. Campinas passou a ser o maior produtor de algodão, Limeira e Sorocaba os de laranja, Piracicaba o de cana-de-açúcar e mesmo o velho Vale do Paraíba tornou-se um dos maiores produtores de mandioca" (PAIVA, 1946). Esse processo, entretanto, esgotaria sua potencialidade quando os fatores subempregados atingissem seus limites, fato que viria ocorrer no início dos anos quarenta, exatamente quando a demanda para atender ao abastecimento das tropas aliadas se manifestou. A utilização plena da "capacidade instalada" e o "pleno emprego", então vigentes, justificam o fracasso em responder aos estímulos.

Como, então, deveria ser enfrentado o desafio de continuar elevando a renda dos agricultores, sustentando o crescimento da oferta numa realidade de esgotamento da capacidade dos fatores existentes? Para Ruy Miller Paiva a resposta era inequívoca: a modernização da agricultura seria o caminho, exatamente por elevar a produtividade dos fatores. Dizia ele "os agricultores não podiam aumentar suas culturas e incrementar suas criações usando os mesmos métodos extensivos ... isso somente poderá se dar com a intensificação do uso do capital na forma de ferramentas, máquinas, benfeitorias, adubos, animais selecionados, etc. Com essa intensificação é possível aumentar a produção sempre que haja melhores preços, pois deixa de haver a limitação do fator homem a que está preso o aumento da agricultura extensiva. O homem sempre poderá produzir mais à medida que lhe sejam dadas melhores máquinas, adubos, etc... e o aumento da produção desses elementos é sempre possível, ao passo que o aumento do número de trabalhadores não se pode dar facilmente. É esse o motivo da agricultura dos

Estados Unidos ter aumentado sensivelmente a sua produção durante a última guerra, apesar da diminuição do número de seus trabalhadores" (PAIVA, 1946).

A idéia de modernização em Ruy Miller Paiva representa, desse modo, a unificação de três instâncias fundamentais, pois surge: a) do conhecimento técnico aprimorado, de quem não apenas militou numa das equipes de cientistas mais dinâmicas da época, como teve a oportunidade de ter acesso ao estado da arte de centro de pesquisa de técnicas produtivas da nação mais evoluída, representada pelos Estados Unidos; b) do conhecimento profundo da realidade da agricultura paulista e dos possíveis desdobramentos, face às limitações em nível dos fatores, associada à visão da transformação em curso na agricultura norte-americana, que conheceu diretamente ao se especializar num centro de ciências agrônomicas aplicadas; e c) da racionalidade da economia positiva apreendida com os principais economistas que estudavam o processo de desenvolvimento da agricultura.

Não sem razão, as formulações de Ruy Miller Paiva estavam inexoravelmente presas a concepções de oferta. Os desafios da agricultura paulista revelavam-se, desse modo, unilateralmente, como um problema de "atraso" ao qual a modernização seria a superação. Numa abordagem complexa do campo da engenharia da produção, a contribuição de Ruy Miller Paiva nesse caso, se, de um lado, representa contextualização econômica da agricultura paulista da década de 1940, que se visualiza esgotada no tocante à potencialidade dos fatores tradicionais, na vigência do pleno emprego, por outro, retrata uma visão realizada por dentro do processo de produção. Essa riqueza da interação entre realidade, economia e tecnologia faz surgir uma obra pioneira e original mesmo na ausência das "engenharias matemáticas das estatísticas sofisticadas"<sup>15</sup>. A realidade apreendida na rica base empírica,

<sup>15</sup> Sobre a contribuição de Ruy Miller Paiva escreveria SCHUH (1988): "Primeiro, Ruy sempre foi um estudioso da agricultura brasileira. Ele procurou entender não somente os números que descrevem a agricultura, mas também o que se passava no campo, viajou pelo Interior para sentir de perto os problemas dos agricultores, e para conversar com eles... Hoje em dia, essa maneira de abordar a agricultura é muito rara. O que nós temos são economistas agrícolas de escritório, os quais não procuram entender a agricultura de perto ou colocar os pés no campo, conversar com os agricultores, procurando sentir seus problemas. Segundo, Ruy procurou entender a agricultura mundial da mesma maneira. Ele sabia que não era possível entender a agricultura brasileira por si, e sim entendê-la no contexto

recolhida na observação direta e no conhecimento do quê e de como se produz, ganhou mais que uma explicação econômica, mas um projeto de transformação: a modernização da agricultura.

#### 4 - AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: A QUESTÃO AGRÍCOLA COMO DETERMINANTE DA QUESTÃO AGRÁRIA

A construção do pensamento de Ruy Miller Paiva, na sua idéia básica de defesa da modernização da agricultura brasileira e na discussão dos instrumentos para concretizá-la, decorria do amplo conhecimento da realidade nacional, mundial e da teoria econômica, que não apenas procurava aperfeiçoar como difundir os elementos formadores de consciência, ao organizar o primeiro núcleo para pesquisar o assunto dentro de um órgão estatal de formulação e implementação de políticas para a agricultura. Essa visão global fica bem marcada no estudo que realizou para a FAO/CEPAL, de 1953, "Estimación Preliminar de los Problemas de la Agricultura del Brasil", publicado em português no ano seguinte, e que teve enorme repercussão (PAIVA, 1954).

Nessa passagem afirmava, após ampla discussão sobre a agricultura em cada região brasileira, que a situação da agricultura brasileira diferia de uma região para outra. As possibilidades para superar problemas da renda baixa, tendo algumas regiões de renda maior e outras de renda menor, também são distintas, "mas o que todas apresentam em comum é o fato de que uma grande melhoria pode ser obtida com o emprego de técnicas melhores e mais eficientes, pois elas são, em geral, muito primitivas e podem ser consideravelmente elevadas" (PAIVA, 1954). Trata-se de uma construção claramente definidora da modernização como instrumento para a solução da crise agrária, com base na superação da crise agrícola. Isso porque o principal componente da problemática vivida pela agricultura, na visão de Ruy Miller Paiva, derivava do "atraso", deixando de lado, como preocupação fundamental, a questão estrutural.

Essa concepção de modernização, vinculando

os desafios da agricultura no desenvolvimento econômico essencialmente a elementos ligados à questão agrícola, pode ser caracterizada nas várias alusões ao que seriam os objetivos de uma política agrícola. Na metade dos anos quarenta, refletindo sobre a agricultura paulista, escreveria que "não haverá provavelmente maior divergência de opinião e não serão necessários maiores esclarecimentos, dizendo-se que, em períodos de paz, os objetivos da política agrícola de São Paulo devem ser os seguintes: a) aumento da renda líquida total dos agricultores; b) maior estabilidade de renda do agricultor; c) melhor distribuição de renda entre os agricultores; d) melhor distribuição da renda nacional entre agricultores e não agricultores. Poderá parecer estranho que não se defina o objetivo final da política agrícola em termos de bem-estar social. Contudo em uma sociedade capitalista como a nossa, o máximo de bem-estar será, sem dúvida, alcançado com esses objetivos" (PAIVA, 1949b).

No estudo sobre a agricultura nacional, datado do início dos anos cinqüenta, a postura de Ruy Miller Paiva não seria profundamente alterada, mantendo-se fundamentalmente dentro dos marcos de soluções da questão agrária no seu conteúdo agrícola. Dizia ele que "a simples enunciação das dificuldades ressalta, porém, os pontos que podem constituir o objeto de uma política agrária para o país, em resumo, são os seguintes: a) melhoria das práticas agrícolas através de assistência técnica e financeira aos produtores; b) garantia de preços para os produtos de consumo interno que se adaptem a regiões cansadas e que podem ser explorados com técnicas intensivas e possivelmente mecanizadas; melhoria da comercialização de produtos agrícolas de modo a diminuir a margem entre os preços dos produtores e dos consumidores; c) combate à inflação dos preços de terras; d) facilidades para que os pequenos agricultores possam adquirir as terras em que trabalham; e) planos de assistência para regiões que apresentam problemas específicos" (PAIVA, 1954). Os dois elementos estruturais, associados à terra, não estão vinculados a um problema de concentração fundiária, mas a distorções de mercado, e por esse meio solucionáveis.

Importante influência sobre as idéias de Ruy Miller Paiva, no tocante aos problemas da agricultura e sobre as propostas de políticas agrícolas, teve a obra de Theodore W. Schultz, "Agricultura numa Economia Instável", publicada na metade dos anos quarenta, e que

---

mundial. Assim, ele viajou por toda a parte do mundo, sempre procurando compreender a agricultura".

representava uma reflexão sobre o desempenho da agricultura nos anos decorridos entre as duas guerras mundiais e no decorrer da II Guerra Mundial<sup>16</sup>. Segundo SCHULTZ (1945) "*a produção agropecuária é fundamentalmente uma atividade diferente da indústria e do comércio. A produção rural precisa de estabilidade. Ela não permite rápidas mudanças. As empresas rurais não fecham rapidamente com a depressão, elas continuam oferecendo alimentos e outros produtos para a nação*". Trata-se de uma perspectiva clara de defesa da especificidade da agricultura no contexto da economia como um todo, pois completaria que "*o futuro da agricultura obviamente depende da economia e das políticas públicas*", contudo existem outras importantes dificuldades afetando a agricultura que, se resolvidas algumas delas, poder-se-ia obter enormes avanços.

Nesse estudo dos anos quarenta, Theodore W. Schultz mostrava que a tendência verificável na economia mundial era da oferta aumentar mais rapidamente que a demanda, e que as principais explicações para esse fato decorreriam da modernização da agricultura. Para ele a aplicação crescente de insumos e máquinas modernos estariam elevando rápida e significativamente a produtividade do trabalho, além de que se ampliavam enormemente as fronteiras de terras agricultáveis e haveria excesso de oferta de força de trabalho na agricultura. Para complicar o quadro, a demanda avançaria menos com a redução do crescimento populacional, associada à contatação de que, como as elasticidades-renda dos produtos agrícolas eram inferiores às de outros produtos, com o aumento de renda o consumo de produtos agrícolas cresceria menos que os demais. Nesse cenário os preços agrícolas tenderiam à queda e apenas aquelas agriculturas que modernizassem suas estruturas produtivas permaneceriam competitivas

(SCHULTZ, 1945).

Dentro dessa concepção de tratar a agricultura como uma especificidade, e de procurar construir a formulação de um conjunto de políticas públicas para atender a problemas agrícolas, diretamente vinculados à produção dentro da propriedade rural, Ruy Miller Paiva descartava medidas estruturais. Sobre os instrumentos de política agrícola, Ruy Miller Paiva privilegiava aqueles eminentemente associados ao aumento da oferta agrícola: os preços mínimos e o crédito rural, e que se constituiriam nos elementos básicos das medidas de sustentação adotadas no Brasil da metade dos anos sessenta em diante. Sobre a política de preços mínimos, após a análise da agricultura brasileira, escreveria que "*mostra ser de grande importância para o aumento da renda da agricultura no Brasil e para o abastecimento dos centros urbanos, o estabelecimento de preços remuneradores para as culturas que melhor reagem à intensificação das técnicas e que preferivelmente podem ter a colheita mecanizada*" (PAIVA, 1954). A modernização exigia que fossem superadas condições de instabilidades do lado dos preços que, ao apresentarem grandes flutuações, não forneceriam segurança para a incorporação de insumos modernos, em especial aqueles associados ao investimento, como as máquinas, que exigem perspectivas de retorno de prazos mais longos.

No tocante aos preços mínimos como instrumento de política agrícola, Ruy Miller Paiva escreveria em 1949 que a maioria dos economistas modernos defendia uma ativa intervenção governamental no mercado agropecuário "*e o número de planos, esquemas e controles de preços, executados ultimamente em todos os países civilizados, com o objetivo de eliminar essas falhas de funcionamento do comércio livre, é uma prova de que prevalece este ponto de vista*". Segundo o autor, "*no decurso de um longo período de tempo esse mecanismo automático de preços acaba por regular a situação. Mas, em curto período de tempo essa solução deixa muito a desejar, para os produtos agrícolas. Em primeiro lugar, porque a oferta dos produtos agrícolas não responde imediatamente às variações anuais da demanda... Em segundo lugar, porque o volume da produção dos agricultores não corresponde exatamente às variações da procura.... E, por último, os agricultores não podem restringir a produção quando a procura cai, nos períodos de crise,... Devido a essas três características, o mecanismo dos preços em curto período de tempo não funciona*

<sup>16</sup> Trata-se do Professor de Economia Agrícola da Universidade de Chicago, que se constituiu num dos mais brilhantes economistas agrícolas deste século, tendo publicado, em 1964, a obra *Transforming of Traditional Agriculture* como uma importante contribuição à teoria do desenvolvimento econômico. Por seus trabalhos foi agraciado com o Prêmio Nobel de Economia. Sua influência sobre Ruy Miller Paiva foi decisiva para conformar não apenas a visão de modernização da agricultura, como a própria conformação dos instrumentos para obter tais objetivos. Em 1962 Ruy Miller Paiva realizaria estágio de pós-graduação na Universidade de Chicago. Sobre Ruy Miller Paiva escreveria Schultz, "*suas ocupações e suas contribuições têm sido muitas realmente. Elas têm sido importantes e de alta qualidade*" (Schultz, citado por SILVA, 1988).

a contento como regulador da quantidade de produtos agrícolas produzida e consumida. Deixando que o mercado se regule livremente pelo mecanismo de preços, os agricultores são prejudicados, com graves repercussões na renda nacional, uma vez que os lavradores nessas condições deixam de empatar o capital necessário em suas atividades para melhorar a técnica, aumentar o volume e diminuir o custo de produção" (PAIVA, 1949c).

Feitas essas considerações, o Autor assinala que "à vista desses inconvenientes é que se propõe a interferência nos preços. Todavia, como veremos adiante, nem sempre se podem corrigir tais inconvenientes por esse meio. Os resultados obtidos com a interferência dependem das circunstâncias que caracterizam o problema e dos próprios métodos usados... Outro fator há que ainda mais difícil torna o julgamento acerca da conveniência de se interferir nos preços: a perda parcial de liberdade econômica. Não é possível controlar os preços sem afetar a liberdade individual de produzir o que se quer, vender quando se deseja e gastar como a cada um apráz. É, pois, tarefa difícil julgar quando uma interferência deva ser levada a efeito. Como norma para orientar êsse julgamento, pode-se adiantar apenas o seguinte: que as medidas propostas estejam fundamentadas em princípios econômicos, tanto em seus efeitos imediatos como em suas conseqüências futuras" (PAIVA, 1949c). A partir disso, Ruy Miller Paiva apresenta métodos de intervenção nos mecanismos de preços e analisa para algodão e cereais quando eles são ou não aplicáveis.

Um outro instrumento presente nas suas propostas de política agrícola, inseridas em vários trabalhos, era o crédito rural. Em muitas delas surge a alusão ao crédito "facilitado" ou "favorecido", o que se constituía num entendimento que, a juros de mercado, essa política faria muito pouco no sentido de impulsionar a modernização. Ruy Miller Paiva tinha clareza desse problema ao escrever, em 1956, que "se a capacidade de crédito é limitada, e a sua importância para o desenvolvimento tão grande, conviria dar crédito de preferência a atividades consideradas de maior utilidade, que seriam aquelas pertinentes ao investimento. Não é fácil atender esse objetivo. Os bancos consideram o custo do crédito, o risco e os juros que obtêm com eles. Por isso preferem fazer empréstimos a curto prazo, a indivíduos que oferecem garantia líquida. E deixam que os investimentos sejam supridos por órgãos

governamentais" (PAIVA, 1956). Tratava-se de uma clara percepção de que o sistema bancário nacional era incapaz de sustentar a modernização da agricultura, o que aliás correspondia também a uma limitação diagnosticada pelos defensores do processo de industrialização brasileira. Em ambos os casos, propunha-se que o Estado realizasse o papel de capital financeiro, mobilizando recursos para o investimento.

Mais explicitamente, sobre a associação entre o crédito agrícola e a modernização da agricultura, escreveria que "o crédito de custeio no setor da agricultura toma aspecto mais importante que na indústria e comércio. Através dele estimula-se o agricultor a usar melhores técnicas, empregando adubos, inseticidas, rações concentradas, etc, que permitem um sensível aumento de produtividade. O crédito de investimento, porém, ainda é mais importante do que o de custeio, pois o agricultor necessita de tratores, implementos, veículos, máquinas, coqueiras, depósitos, terreiro, etc, para fazer agricultura com alta produtividade" (PAIVA, 1956). Essa visão, estabelecida na metade dos anos cinqüenta, poderia ser perfeitamente confundida com quaisquer análises de políticas agrícolas das décadas posteriores, pois caracterizam explicitamente o papel do crédito rural como elemento alavancador da modernização da agricultura, numa ótica circunscrita à solução dos problemas setoriais pelo lado da oferta.

Mesmo as postulações para lidar com a necessidade de acesso à terra têm, como condicionante, o caminho do mercado, ainda que com apoio governamental. Sobre isso escreveria Ruy Miller Paiva que "o crédito a longo prazo para aquisição de terra é outro elemento de importância. O agricultor em seu próprio lote deve, em princípio, produzir mais que como assalariado. E se considerar o atraso da agricultura nos países menos desenvolvidos e a alta porcentagem da população que tem aí suas atividades, compreende-se que o crédito em geral para a agricultura é de magna importância, pois permitirá assim, através do aumento de produtividade, que se incentive o êxodo rural sem prejudicar o suprimento adequado de alimentos e matéria-prima" (PAIVA, 1956). Fica, assim, nítida a visão de Ruy Miller Paiva sobre a inserção da modernização da agricultura no processo de desenvolvimento econômico: ainda que, em tese, o acesso à terra pudesse elevar a produtividade do trabalho dos assalariados, como havia excesso de população no campo, a solução para os problemas de renda dos trabalhadores

não seria conseguida no campo, mas sim nas cidades, incentivando o êxodo rural.

Noutras palavras, fica explícito que, para Ruy Miller Paiva, as soluções do problema da miséria rural e das condições precárias de vida, que enumera e reconhece em inúmeras passagens, não seriam construídas na agricultura, pois a modernização realizaria isso apenas para uma parcela pequena desses trabalhadores. Os demais deveriam buscar seu sustento e melhores condições de vida nas cidades. Ainda mais porque para esse autor, modernizar a agricultura significava, antes de mais nada, mecanizar, como esclarece ao escrever que *"a intensificação da agricultura ocorre, principalmente, pelo uso de máquinas que substituem braços e desse modo a sua aplicação em São Paulo só poderá ser feita sob duas alternativas: aumentando a área agrícola trabalhada a fim de absorver os braços que forem dispensados pelas máquinas, ou mantendo a área e desviando os braços excessivos para as indústrias. Qual dessas alternativas a agricultura de São Paulo deverá seguir, é decisão que depende de diversos fatores. Todavia um dos que deverão exercer maior influência é a pequena disponibilidade de terras boas para máquinas de que dispõem São Paulo e estados vizinhos. Não havendo grande possibilidade de aumentar a área em agricultura mecanizada, é preciso encarar a outra alternativa e, nesse caso, a viabilidade de enfrentar com êxito as perspectivas futuras de nossa agricultura fica na dependência do desenvolvimento de nossas indústrias, para que estas possam absorver os trabalhadores agrícolas que forem sendo dispensados. Aliás, essa perspectiva para o futuro da nossa agricultura poderá desagradar muitos espíritos conservadores de São Paulo. Outras regiões civilizadas do globo já passaram por esse período em sua evolução industrial e lutaram com as mesmas dificuldades. Não é pois problema específico de São Paulo e o que este deve fazer é preparar-se para que se possa adaptar da melhor maneira a essa evolução"* (PAIVA, 1949b).

Os economistas estruturalistas tinham abordagem distinta da inserção da agricultura no processo de desenvolvimento econômico dentre os quais escolheu-se a contribuição de Ignácio Rangel na sua obra *El Desarrollo Económico en Brasil*, datada de 1954<sup>17</sup>,

por tratar do tema mais detalhadamente que outros e no mesmo período. Segundo esse autor, numa divisão de trabalho primitiva, na agricultura tradicional, pode-se pensar cada parte separada uma da outra, mas com o desenvolvimento econômico, as partes se tornam tão interdependentes que não podem ser pensadas independentes umas das outras. *"Na economia, só as estruturas mais desenvolvidas conhecem tal tipo de interdependência, o que faz com que a saúde econômica seja inconcebível sem um mínimo de proporcionalidade dos seus distintos órgãos ou 'indústrias'. Isso supõe uma especialização levada a um grau extremo entre distintos grupos de unidades e denuncia uma acentuada cristalização da divisão do trabalho. Significa também que a economia está desenvolvida... Uma expressão estatística de tal interdependência é a matriz insumo-produto devida ao trabalho do economista W. Leontief. Seu valor para o economista moderno sustenta-se no fato de que, nas estruturas mais desenvolvidas, o equilíbrio funcional das distintas indústrias não se reestabelece quando é rompido - somente por um esforço isolado das indústrias diretamente interessadas, mas impõe um esforço coordenado de todo o organismo"* (RANGEL, 1954).

As transformações da agricultura com o desenvolvimento econômico significariam muito mais que a simples inserção de novos insumos e máquinas na produção rural. Isso porque, *"como ocorre nos países não desenvolvidos, não é comum que essa população (rural) dedique todo seu tempo e recursos a produzir bens agrícolas, mas também elabora diretamente parte de tais bens e os consome. Quando essas atividades elaboradas são transferidas para fora do setor agrícola, o qual por consequência muda radicalmente as condições tecnológicas da produção, se diz que o país se industrializa, e como se faz em condição de aumento da produtividade social, se diz que se desenvolve... As tarefas de elaboração dos produtos primários são realizadas em unidades especializadas (fábricas) o que implica em criar um setor novo, fora da agricultura mas dentro do país. Esse setor é a manufatura ou no sentido*

<sup>17</sup>Interessante ressaltar que na década de 1950 surgiria nos Estados Unidos da América a noção de *agribusiness*, ou seja, negócio agrícola, que procurava entender a agricultura numa concepção multissetorial, entendendo-a como um complexo produtor de bens

finais que transcendia os limites da propriedade rural. Trata-se da obra dos professores da Universidade de Harvard, John H. Davis e Ray A. Goldberg, *A Concept of Agribusiness*, datada de 1957 (DAVIS & GOLDBERG, 1957). A abordagem de Ignácio Rangel para o complexo rural, datada de 1954, é portanto anterior à contribuição dos pesquisadores norte-americanos.

corrente a indústria. É a criação desse setor que muda toda dinâmica da economia" (RANGEL, 1954).

A modernização da agricultura configura-se assim como apenas mais um elemento dentro da transformação da economia como um todo no processo de desenvolvimento econômico<sup>18</sup>. Não se trata de um fator isolado e nem mesmo determinante das mudanças. "O exemplo típico é o dos Estados Unidos da América no século passado. O processo de industrialização não só não veio emparelhado com uma destruição das bases materiais da produção natural, senão que, ao contrário, teve como resultado uma contínua melhoria de tais bases. Sem dúvida, mais que nenhum outro país grande produtor agrícola do mundo, a agricultura converteu-se numa indústria tão especializada como as outras ... O camponês norte-americano, melhor que qualquer outro no mundo, teve a possibilidade de defender sua participação na renda nacional, durante todo o processo de industrialização e pode capitalizar-se, melhorando sempre sua técnica... O tratamento básico dispensado ao problema da agricultura é objetivamente o mesmo indicado para França e Estados Unidos, ou seja o fortalecimento das bases naturais do complexo rural pela reforma agrária" (RANGEL, 1954).

A diferença fundamental existente entre as visões de Ruy Miller Paiva e Ignácio Rangel, no tocante às transformações da agricultura, estão ligadas à compreensão global do processo. Ruy Miller Paiva prendia-se a uma perspectiva essencialmente intra-propriedade, concebendo a agricultura como um segmento isolado da economia como um todo, com decisões autônomas, mesmo que com papéis a cumprir no desenvolvimento econômico. Já Ignácio Rangel visualizava a questão de uma ótica macroeconômica e, principalmente, no seu sentido histórico, procurando interpretar as transformações econômicas com o processo de industrialização que, em última instância, representava o desenvolvimento.

Para Ruy Miller Paiva, na sua visão de agricultura como receptora de insumos e fornecedora de produtos e mão-de-obra no processo de desenvolvimen-

to econômico, as transformações representariam fundamentalmente o sentido de como produzir, ou seja, elevar a produtividade do trabalho para exigir menos homens, liberando-os para serem absorvidos pela indústria. Essa indústria seria tudo aquilo que fosse executado fora da propriedade rural. A análise de Ignácio Rangel absorve os elementos da perspectiva utilizada por Ruy Miller Paiva e vai além, diz que as mudanças não se resumem à elevação da produtividade do trabalho e liberação de mão-de-obra para a indústria. O desenvolvimento econômico significa muito mais que isso, seria a transferência de várias tarefas não agrícolas da propriedade rural para fora delas, criando novas indústrias, as agroindústrias, e assim alterando profundamente a dinâmica da agricultura e de toda economia.

Enquanto Ruy Miller Paiva entendeu o processo de transformação da agricultura norte-americana apenas como um processo de modernização da agricultura e, portanto, explicável dentro dos limites das transformações intrassetoriais, Ignácio Rangel apreendeu o mesmo processo como muito mais que a modernização decorrente da internalização de insumos e máquinas agrícolas produzidos pelas indústrias a montante da agropecuária, mas também, e fundamentalmente, como um processo de industrialização da agricultura, agregando a estrutura de agroprocessamento industrial. Nesse aspecto, se a análise de Ruy Miller Paiva, nos anos quarenta e cinquenta, daria conta da explicação específica do processo de modernização da agricultura brasileira, realizada com maior ímpeto da metade da década de 1960 em diante, Ignácio Rangel anteciparia a compreensão do todo da agricultura em transformação, porque a modernização da agricultura brasileira deu-se na mesma época em que se expandiam, não apenas as agroindústrias processadoras como, também, as modernas estruturas de distribuição de produtos agropecuários, ou seja, foi concomitante com a industrialização da agricultura<sup>19</sup>.

<sup>18</sup> A questão central para Ignácio Rangel está em entender a natureza da mudança estrutural interna ao "setor agrícola", nas condições de industrialização. Segundo ele, "os economistas que tem estudado os problemas do desenvolvimento no Brasil e América Latina só consideram que não há senão uma mudança quantitativa, que quer dizer, a produtividade do trabalho deve aumentar..." (RANGEL, 1954).

<sup>19</sup> Isso é o que se depreende da análise de dois estudos recentes, que contribuíram enormemente para essa visualização histórica. O primeiro de KAGEYAMA coord. (1990), contemplando a análise da modernização e industrialização da agricultura brasileira, destacando o importante papel do crédito rural subsidiado para a transformação do padrão agrário. O segundo de BELIK (1992) que mostra que, na mesma época de auge do crédito rural subsidiado, que sustentava a modernização da agropecuária, uma política de financiamento embasava a expansão da agroindústria processadora. Essa perspectiva também se mostra inteiramente consistente com a análise de CANO (1993), que numa síntese da história da industrialização brasileira feita

Outra discordância de fundo estaria no tocante aos elementos estruturais envolvidos nesse processo de transformação da agricultura. Ruy Miller Paiva, mesmo reconhecendo a realidade de miséria e de baixo nível educacional dos trabalhadores rurais, decorrentes das péssimas situações financeiras e condições de vida a que estavam submetidos, e até admitindo, em certa passagem, que se trabalhasse terra própria a produtividade desse trabalhador aumentaria, mantinha-se ao largo da questão da concentração da propriedade da terra para preconizar a modernização como alternativa de melhoria para alguns. Produzindo de forma moderna, os agricultores aumentariam sua renda e poderiam melhorar o padrão de vida de seus empregados, especializados no uso de insumos e máquinas agrícolas. A questão estrutural representada pela pobreza teria solução fora da agricultura. As relações com os compradores de produtos agrícolas também eram consideradas essencialmente neutras.

Ignácio Rangel, pelo contrário, ao entender que esse processo, levando ao rápido êxodo rural, reproduziria nas cidades as mesmas condições de miséria vigentes no campo, e esse excedente de mão-de-obra levaria ao rebaixamento do salário urbano que, formando demanda para produtos agrícolas, pressionaria os preços dos mesmos para baixo, defendia como solução para a questão estrutural a reforma agrária. Nesse caso, estariam fortalecidas as bases naturais da agricultura, pois em vez de agregados dos latifúndios expulsos pela modernização, o processo de êxodo rural seria mais lento, e as pessoas que fossem às cidades teriam outras condições de vida. Por outro lado, a pressão para baixo sobre os salários urbanos seria amainada, com reflexos positivos na demanda por bens agrícolas e na renda da agricultura. Além disso, a construção da agroindústria de processamento levaria a negociações de compra com maior número de proprietários de terra, e não com poucos latifúndios modernizados, revelando-se a distribuição da terra, num aumento do poder político de barganha por preços.

---

com raro brilhantismo, periodiza a internalização dos padrões da 2ª Revolução Industrial entre 1930-80, ou seja, após a internalização da indústria de bens de capital da agricultura, realizada pelo II Plano de Desenvolvimento Nacional nos anos setenta, dos padrões modernos de produção agropecuária e das agroindústrias processadoras na mesma época. Noutras palavras, em 1980, o Brasil havia internalizado o padrão norte-americano da 2ª Revolução Industrial, que para a agricultura significou a moderna agricultura industrial.

Ou seja, estruturalmente a realidade seria diferente protegendo, aí sim, a renda dos agricultores.

A realidade posterior acabou concretizando o processo de modernização da agricultura e o processo de industrialização sem a realização da reforma agrária. Isso de certa maneira viria de encontro à perspectiva de Ruy Miller Paiva. Mas, de outro lado, esse processo não significou, nem a solução do problema das precárias condições financeiras do trabalhador rural, submetido a baixos salários, premidos para baixo pela simples possibilidades de que máquinas possam vir a substituí-los, nem da maioria que, realizando o êxodo rural, não obteve condições de vida satisfatórias nas cidades. Isso, por sua vez, confirmaria a preocupação de Ignácio Rangel quanto à industrialização sem reforma agrária como mudança estrutural. Desse modo, em síntese pode-se dizer que a modernização da agricultura concretizou-se como o que se denominou de "modernização conservadora", que em linguagem rangeleana significa "transformação sem ruptura".

## 5 - A QUESTÃO DA OFERTA DE PRODUTOS AGRÍCOLAS: A VISÃO DE PAIVA VERSUS O DEBATE DOS ANOS SESSENTA

A justaposição do pensamento de Ruy Miller Paiva, formulado até a década de 1940, as questões levantadas sobre a problemática dos alimentos, centrada na agricultura de São Paulo dos anos trinta e quarenta, e a visão essencial do grande debate sobre agricultura e desenvolvimento, ao qual arbitrariamente denominamos de o debate dos anos sessenta, permitem mostrar que suas análises anteciparam vários aspectos do que viria a ser discutido.

### 5.1 - A Oferta de Alimentos, Segundo uma Visão Esquemática do Debate

A questão da oferta de alimentos era considerada essencial no debate dos anos sessenta porque resumia com clareza as idéias divergentes. De um lado, colocava-se que a estrutura fundiária, predominantemente formada por latifúndios e minifúndios, impedia o aumento da produção pela via da produtividade - incorporação de tecnologia - e não respondia a preços de

forma significativa. A explicação, sumária, era de que os latifúndios não maximizavam lucros nos moldes capitalistas, extraindo o excedente do trabalho sobre a capacidade de reprodução através da coerção extra-econômica. Os minifúndios também não o faziam porque sua produção destinava-se à subsistência das famílias dos agricultores, comercializando apenas o excedente. Assim, em ambas as formações, a estrutura de propriedade vigente caracterizava-se por restringir a formação de mercados e a integração econômica, justificando a reforma agrária como uma ação de rompimento do *status quo*, liberando as forças produtivas dos entraves para facilitar o pleno desenvolvimento da economia (FURTADO, 1972 e GUIMARÃES, 1977).

De outro lado, postavam-se aqueles que examinavam a problemática da oferta sob outro ângulo, no qual a estrutura fundiária era considerada irrelevante. O argumento utilizado era o de que a agricultura tradicional era eficiente - maximizava o uso de fatores - porém tinha alcançado um equilíbrio estacionário, difícil de ser rompido porque a oferta de produtos (principalmente de alimentos), estimulada por aumentos de demanda, só ocorreria pelo acréscimo dos fatores tradicionais (terra e trabalho), dado o estado imutável das artes, os quais seriam limitados pelos custos crescentes de produzir mais, seja pela lei dos rendimentos decrescentes, quando se tentasse aumentar a produção na mesma área, seja em áreas novas pelas deficiências de infra-estrutura de transporte, armazenagem, etc.

Necessitava-se romper o equilíbrio estacionário através de inovações tecnológicas que gerassem fluxos de renda relativamente superiores aos da técnica então utilizada, e isso deveria ser feito pelo fornecimento de crédito, assistência técnica e educação aos agricultores, completando esse conjunto de políticas - as de garantia de preços mínimos e o financiamento à geração e adaptação de tecnologias -, facilitando e estimulando o uso de insumos modernos - variedades e sementes melhoradas, adubos e defensivos químicos e uso de tração mecânica (DELFIM NETTO; PASTORE; CARVALHO, 1966 e PASTORE, 1973).

As hipóteses, em cujas análises se baseavam, eram respectivamente, que os agricultores não respondiam a preços e essa irracionalidade era derivada da estrutura fundiária que impedia a alocação eficiente dos fatores de produção e melhoria nos níveis de produtividade; e, o seu contrário, que havia racionalidade na resposta a preços, com variações por atividade e

região, dependendo de condições diferenciadoras, como o grau de dinamismo alcançado, podendo-se levar em conta, no estabelecimento de políticas agrícolas, os níveis de preços dos produtos e as relações de preços dos fatores de produção.

A visão estrutural e a funcionalista, como foram intituladas essas correntes em oposição, tinham como núcleo duro de cada uma a necessidade de reforma agrária como viabilizadora do desenvolvimento e a necessidade de uma política agrícola como virtual para obter o mesmo fim. Os contextos de ambas eram excludentes entre si quanto à solução para o aumento da oferta da produção agrícola ao mercado interno, no sentido do que proporcionaria a alavancagem inicial, mesmo porque o estruturalismo entendia a agricultura como determinante do tipo de sociedade construída com o desenvolvimento econômico, dado que os (baixos) salários neste setor funcionavam como o custo de oportunidade da (baixa) massa salarial dos demais setores, influenciando, nesses termos, para uma pior distribuição de renda do trabalho, em contraposição ao capital, e influenciando, por conseqüência, o tipo de industrialização existente, determinando a relação capital/trabalho e a capacidade de poupança em geral e, por fim, a escolha de que parcela da população participaria do (reduzido) mercado de consumo.

Já os funcionalistas analisavam o setor agrícola em termos do cumprimento de suas funções primordiais, enquanto pontos de estrangulamento ao desenvolvimento econômico: ofertar alimentos e matéria-primas, gerar divisas através de exportação, fornecer o trabalho excedente aos demais setores e recursos para a formação de capital e ser mercado comprador dos insumos produzidos fora do setor agrícola. Cabia à agricultura exercer um papel ofertante/demandante e não de base matricial ao desenvolvimento da indústria.

## 5.2 - A Questão dos Alimentos, Segundo Ruy Miller Paiva

Por outro lado, a visão de Ruy Miller Paiva sobre a questão dos alimentos, formulada em meados da década de 1940, embora mais setorizada, continha elementos de ambas as correntes de pensamento, decorrente - conforme suposição baseada na análise de seus textos - da observação sobre a realidade agrícola, principalmente de São Paulo. Para tanto, ao estudar o

problema dos gêneros alimentícios nos aspectos da produção e da comercialização, indicou as principais características que deveriam ser levadas em conta ao analisar a questão, entre as quais seleciona-se as mais pertinentes ao tema (PAIVA, 1949a).

A primeira era a pequena correlação entre preços e área plantada de alimentos. Isso acontecia porque o arroz, o feijão e o milho eram produtos de transformação: cultivados em áreas recém-abertas, antes de serem utilizadas no café, algodão ou pastagem; em culturas dirigidas para auto-consumo; e nas comerciais propriamente ditas. A produção na região de desbravamento era feita para um melhor aproveitamento da fertilidade do solo e do trabalho, não tendo o lucro como objetivo principal e, portanto, independentemente dos preços dessas atividades. O aumento de área dessas culturas, nessas regiões, era decorrente das perspectivas do café, algodão ou do gado.

Na condição de autoconsumo o objetivo era o de garantir a subsistência do agricultor (e família), empregados, animais de trabalho e de criação, vendendo o excedente de produção, situação observada pelo Autor em sítios da região de Campinas. Mesmo com preços abaixo do custo (entendido como custo total de produção) esse tipo de agricultor continuava a produzir pela necessidade de auto-abastecimento, não abandonando enquanto os preços cobrissem os custos variáveis. As razões apontadas para esse comportamento situavam-se em um misto de racionalidade econômica com elementos extra-econômicos: uma por não acharem atividades mais lucrativas e outra por instinto de preservação. Assim agindo adquiriam uma aversão extremada ao risco, preferindo não ganhar com essas culturas mas garantir a alimentação, do que arriscar em outras com altas possibilidades de lucros e de perdas totais.

Nessa tipificação incluiu o caso das fazendas-propriedades em regiões estabilizadas - com produção para auto-consumo e de outras culturas, principalmente o café. Também nesse caso a produção de alimentos era conduzida até o limite em que os preços fossem iguais aos custos variáveis. Se a tendência dos preços permanecesse nesse nível, os alimentos eram então substituídos por outras culturas para aproveitar o tempo disponível dos trabalhadores, não utilizado na atividade principal. Considerou-se que apesar de poder haver aumento de área em função de preços, esse aumento seria sempre pequeno, pois assim não implicaria

despesas muito acentuadas ou rearranjos na organização dessas propriedades. E, principalmente, que somente haveria aumento de área se os preços de café estivessem baixos, caso contrário seria essa última atividade a concentrar prioritariamente os recursos disponíveis, capital e trabalho.

As culturas comerciais, por sua vez, cujo objetivo era o lucro, deveriam mostrar maior relação com preços, embora o aumento de área com alimentos sofresse competição de outras culturas, principalmente do algodão. Como conclusão, deduziu que as áreas de arroz, feijão e milho não eram regulados pelos preços nas duas primeiras conformações e que baixos preços não desencorajavam a produção abaixo de um certo nível, pois a maior parte de produção da época vinha das regiões recém-desbravadas e do excedente produzido para autoconsumo.

Além disso, o próprio fato dos agricultores não visarem lucro permitia a ocorrência de preços de mercado que não cobrissem custos totais, já que continuavam a produzir enquanto seus custos variáveis fossem cobertos. Essa característica, a segunda apontada relevante para se entender o problema dos alimentos, tinha uma consequência importante para a formulação de políticas, como se verá adiante, em particular face à terceira característica, referente à inelasticidade da oferta desses produtos e dos demais produtos da agricultura de São Paulo. Esta última constatação, Ruy Miller Paiva formulou-a explicitamente ao analisar as razões da pequena contribuição de São Paulo ao abastecimento dos países envolvidos na II Grande Guerra, apesar dos preços externos altamente remuneradores, panorama reforçado pelas necessidades extremas de produtos agrícolas por parte dos Estados Unidos da América, e mesmo, apesar da agricultura paulista ter sofrido grandes transformações em período imediatamente anterior (PAIVA, 1946).

Para entender o que acontecera, iniciou analisando o desempenho da agricultura na década de 1930. Nesse período houve aumento de produção de algodão, laranja, cana-de-açúcar e de mandioca, os quais embora tivessem contado com bons preços, foram favorecidos pela queda dos preços do café e com a restrição ao crédito a essa atividade. Assim, os cafeicultores se viram na obrigação de ampliar essas culturas inclusive para saldar compromissos financeiros anteriores. Esse acontecimento foi de tal monta que chegou a revigorar as zonas velhas de café, até então

em decadência, senão estabilizadas. Além disso, anotara que os novos produtos não se deram às custas de ocupar áreas de outros, já que estava generalizada a prática de plantio de milho, arroz e mamona consorciados ao café e que tinha havido redução de área de café por corte ou abandono. Associados aos preços, os motivos que causaram aumento de produção e área de cereais foram a disponibilidade de trabalho (aumentada pela migração), o melhor aproveitamento de terras com baixa ocupação e algum nível de incorporação tecnológica - máquinas e adubos.

Durante a II Guerra, por sua vez, Ruy Miller Paiva argumenta que se houvera aumento de preços, estes o foram para todas as atividades agrícolas, inclusive café e algodão, o que era um certo impedimento à realocação de fatores para a produção de óleos vegetais e alimentos. Entretanto, com o estímulo verificado seria de se esperar aumento de produção, assim como ocorrera na década anterior. Entretanto, as condições não eram idênticas: os salários estavam em alta, forçados pela competição com a indústria, havia pequena disponibilidade de trabalhadores, as terras estavam em fase de esgotamento (perda de fertilidade e erodidas), exaustivamente exploradas, o crédito era escasso para a agricultura, as terras novas estavam mais distantes e o combustível mais caro e escasso. Enfim, o modelo extensivista adotado anteriormente já não se aplicava mais, e se insistissem em adotá-lo o seria a custos crescentes, absorvendo gradativamente os lucros. Em suas palavras "*esta incapacidade de aumentar a produção em resposta a melhorias de preços é que é a inelasticidade de oferta*"...

Seguro dessa característica, afirmava que a conjugação dela com preços abaixo dos custos e sofrendo competição de outras culturas mais lucrativas, somente com preços muito maiores haveria chance de atrair novos produtores para a produção de alimentos. Pelo lado do mercado ressaltamos duas características importantes: a inelasticidade da demanda, que não se alterava na mesma proporção das alterações nos preços, e a oligopolização do comércio que, aproveitando-se da demanda inelástica podia reter os produtos e obter aumentos de preços aos consumidores, ao mesmo tempo que exercia pressão para baixo nos preços pagos aos agricultores, gerando uma margem bruta muito alta aos intermediários.

Mesmo contando com a transformação da agricultura de São Paulo, pelo desaparecimento das

formas típicas (e principais produtoras de alimentos) e aumento da produção comercial, a inelasticidade da oferta agrícola mostrava que para haver aumento de área e de produção os preços deveriam ser mais elevados. Essa foi uma das conclusões que Ruy Miller Paiva chegou: "*se São Paulo quiser no futuro consumir a mesma quantidade de alimentos, os preços terão que ser bem mais elevados*", apontando, em seguida, as condições estruturais que se alteradas influenciariam positivamente. A primeira condição estava na possibilidade de redução de custos através da melhoria técnica, e a segunda na maior eficiência na comercialização, ambas possibilitando maiores ganhos aos agricultores.

Outra conclusão era que apenas fomento da produção, garantia de preços ou melhoria nos transportes não resolveriam. Aumentar a produção significaria queda nos preços; garantia de preços aos níveis de mercado também não solucionaria, uma vez que seriam estabelecidos abaixo dos custos, não estimulando a produção. Por outro lado, assegurar preços de garantia mais altos significava aumentar a produção e, num segundo momento, pressionar preços de mercado para baixo, com prejuízo para a agência governamental compradora. Em termos de barateamento nos transportes, Ruy Miller Paiva considerava que algumas vantagens seriam conseguidas aos produtores e consumidores, mas que o aumento de consumo não seria suficiente para aumentar os preços recebidos. Assim, a solução estava em aumentar o mercado pela exportação.

Entretanto, mesmo as alternativas de melhoria técnica e de aumento nas exportações e maior eficiência na comercialização não poderiam ser introduzidas sem uma forte intervenção do Governo. A própria melhoria técnica ao trazer aumento de despesas poderia ser fonte de prejuízos aos agricultores se as reduções de custos unitários, em relação às variações de preços, não as compensassem, ou seja, naquelas condições de mercado a iniciativa isolada dos agricultores traria resultados mais incertos ainda. Além disso, para que houvesse sucesso em aumentar a produção, estimulando-a pela exportação e comercialização, era necessária uma série de mudanças que envolvia desde aumentar a competitividade da produção nacional frente ao mercado externo, até alterações estruturais no sistema de comercialização para romper o oligopsonio. Assim, o funcionamento do mercado, tal como se apresentava, não resolveria por si os problemas existentes, exigindo

atuação do Governo para que houvesse uma integração de esforços.

### 5.3 - Realidade e Estrutura de Produção de Alimentos

Resumidamente, pode-se afirmar que o pensamento de Ruy Miller Paiva sobre a questão dos alimentos mostra, em primeiro lugar, uma preocupação em conhecer a realidade e, em segundo lugar, conhecer o comportamento dos agentes econômicos em função de como a produção e o comércio se estruturavam. Ademais fica claro que a base de seus argumentos é o comportamento racional econômico nessa estruturação, sendo capaz de percebê-la como constrangimento ao aumento da produção, analisando-a pela perspectiva de sistemas, e não de estrutura fundiária, portanto não relacionando a inelasticidade da oferta ao padrão latifúndio/minifúndio. Por outro lado, conseguiu, captar a diversidade produtiva da região e destacar as razões e motivos que estavam condicionando o comportamento dos agentes. À semelhança de ambas correntes, tinha claro a necessidade de induzir a inovação tecnológica e do papel primordial dos investimentos para aumentar a capacidade produtiva do setor. E, embora não propusesse a reforma agrária como alternativa de política de desenvolvimento, tinha como preocupação recomendar as políticas de crédito, preços, etc, dentro de um contexto mais amplo que levasse em conta objetivos macroeconômicos de aumentar a renda líquida dos agricultores, obter maior estabilidade e melhor distribuição de renda entre os agricultores e, melhor distribuição da renda nacional entre agricultores e não agricultores (PAIVA, 1949b).

Na análise que desenvolveu sobre esses objetivos, focando-os a partir do planejamento da produção agrícola de São Paulo, nos anos quarenta, transparecem as dificuldades de resolver os conflitos entre eles. Assim, se para aumentar a renda líquida havia a possibilidade de exportar alimentos, aproveitando-se dos preços vigentes no mercado externo, esse aumento significaria forte redução na renda dos consumidores, pelo diferencial de preços entre o mercado doméstico e o internacional. Esse fato deveria ser evitado pelo incentivo às atividades agrícolas exportáveis que trouxessem aumento da renda nacional, com pequenos deslocamentos de renda

interssetorial. A estabilização da renda, por sua vez, poderia ser obtida com planos de estocagem de produtos, que, ao mesmo tempo, e facilmente, se transformariam em planos de valorização, trazendo como consequência os excessos na produção.

A distribuição de renda entre agricultores, por exemplo, poderia ser melhorada inclusive pelo fornecimento de crédito aos assalariados para compra de terras, o que não somente ampliaria o número de agricultores, como proporcionaria um acréscimo permanente nos salários pela redução na oferta do trabalho, caso a migração de outros estados não dificultasse alcançar o objetivo.

Portanto pode-se dizer que Ruy Miller Paiva, já nos anos quarenta, antecipara questões polêmicas tanto de estruturação da agricultura quanto dos aspectos macroeconômicos que estavam: a) além da versão funcionalista - de fundo mecanicista e preocupada em contestar a necessidade de reforma agrária; b) que se compulsadas pela corrente estruturalista - cujos trabalhos mais influentes não citam os textos aqui referenciados - ampliariam seu cenário analítico e c) poderiam, finalmente, ter enriquecido ambas as posições antagônicas.

## 6 - À GUIA DE CONCLUSÃO

A análise da obra de Ruy Miller Paiva revela-se como uma tarefa extremamente instigante pela sua originalidade e pioneirismo, ao mesmo tempo em que requer um enorme grau de dedicação e esforço analítico para compreender a magnitude de suas contribuições. A abordagem, realizada neste estudo, além de estar muito longe de esgotar a visualização dos aspectos mais relevantes da contribuição desse pioneiro da economia agrícola, representa uma particular leitura crítica de sua imensa obra e, portanto, como toda leitura não apenas não contempla o conjunto pleno das idéias desenvolvidas, como podem significar, em muitas passagens, uma apreensão das colocações de forma distinta do sentido dado pelo autor. Essas ressalvas, se óbvias em textos desta natureza, tornam-se essenciais quando se trata de um intelectual pioneiro da estatura de Ruy Miller Paiva.

Suas idéias são pioneiras por tratarem, de forma sistemática e com base científica, da transformação da agricultura paulista e nacional, ainda na década de 1940. Falavam de modernização da agricultura numa

economia que ainda não havia internalizado a indústria pesada, e em que o café ainda significava o principal produto da economia nacional. Essas mesmas colocações, descolando da visão ruralista que entendia a agricultura como uma atividade sustentada apenas nas dádivas dos recursos naturais, alertavam para a necessidade de transformá-la numa atividade permanente e sedentária, com técnicas que evitassem o nomadismo do caminho para o Oeste, para obter novas terras férteis para o café. Nesse sentido, defender a modernização da agricultura, naquela época, era uma postura tão de vanguarda intelectual como defender a industrialização.

Essa contribuição de Ruy Miller Paiva nos seus textos dos anos quarenta e cinquenta antecipariam em duas décadas o caloroso debate em torno da modernização da agricultura brasileira nos anos sessenta e setenta. Muitas análises afirmam que o padrão tecnológico de produção, que se generalizou na agricultura brasileira com o processo de transformação, representaria nada mais que a disseminação daquilo que se denominou "agricultura paulista". Eram as variedades e as raças paulistas, os métodos de análise do solo e de adubação paulistas, as técnicas de condução paulistas. Enfim, a tecnologia paulista gerada por institutos de pesquisa agropecuária paulistas. Pois bem, se isso é verdade, faltou dizer que tal processo não poderia se dar sem que ao nível da consciência social estivessem estabelecidas idéias que sustentassem e justificassem essa disseminação de tecnologia. Como se procurou mostrar, essa consciência nova resulta da contribuição de um pioneiro: Ruy Miller Paiva, também numa instituição pública de pesquisa do Estado de São Paulo. Se os pesquisadores agrônômicos, zootécnicos e veterinários produziram a tecnologia paulista nas instituições públicas estaduais, e foram, portanto, fundamentais para a transformação da base material da agricultura com o progresso técnico, essa transformação só ocorreu com base na mudança no plano das idéias para que se pudesse sustentar, e, portanto, mais que a tecnologia paulista, a expansão realizada foi da idéia de modernização paulista transformando a consciência conservadora.

#### LITERATURA CITADA

- BELIK, Walter. **Agroindústria processadora e política econômica**. Campinas: UNICAMP/IE, 1992. 219p. Tese de Doutorado.
- BLACK, John D. ed. **Research in agricultural policy: scope and method**. New York: Social Science Research Council, 1933. 44p. (Bulletin, 21).
- BORGES, Maria Angelica. 50 anos da oficialização do curso de ciências econômicas no Brasil. **Jornal do Economista**, SP, n.81, p.12, out. 1995.
- BRASIL. Conselho de Desenvolvimento - Presidência da República. Grupo de Trabalho sobre fertilizantes. **Fertilizantes no Brasil**. São Paulo: Peri, 1959. 151p. (Documento, 25).
- BRUNHOFF, Suzane. **A hora do mercado: crítica ao liberalismo**. São Paulo: UNESP, 1991. 181p.
- BUARQUE DE HOLANDA, Sergio. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.
- CANABRAVA, Alice P. **O desenvolvimento da cultura do algodão na província de São Paulo (1865-1875)**. São Paulo: s.ed., 1951. 323p.
- CANO, Wilson. A industrialização e o desenvolvimento do capitalismo retardatário no Brasil (1880-1980). In: \_\_\_\_\_. **Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem internacional**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. p.15-21.
- \_\_\_\_\_. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1990. 318p. 3ª ed.
- DAVIS, John H. & GOLDBERG, Ray A. **A concept of agribusiness**. New York: Alpine Press, 1957.
- DELFIN NETTO, Antonio; PASTORE, Affonso C.; CARVALHO, Eduardo P. **Agricultura e desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: ANPES, 1966. 212p. (Estudos ANPES, 5).
- DULLEY, Richard D. **Políticas agrícolas em São Paulo, 1930-80: o papel da Secretaria da Agricultura**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural, 1988. 301p. Dissertação de Mestrado.

- FRIEDMANN, Harriet & McMICHAEL, Philip. Agriculture and the state system. The rise and decline of national agriculture, 1870 to the present. *Sociologia Ruralis*, Netherlands, v.29, n.2, p.93-117, 1989.
- FURTADO, Celso. A estrutura agrária no subdesenvolvimento brasileiro. In: \_\_\_\_\_. **Análise do modelo brasileiro**. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1972. p. 91-122.
- \_\_\_\_\_. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1989.
- GONÇALVES, José S. Estado e progresso tecnológico: os resultados da pesquisa agropecuária paulista e a acumulação de capital. *Agricultura em São Paulo*, SP, v.37, n.2, p.1-73, 1990.
- \_\_\_\_\_. & RESENDE, José V. Transformações econômico-sociais e seus reflexos no aparelho de estado: as grandes mudanças da pesquisa agropecuária paulista de 1887 a 1990. \_\_\_\_\_, SP, v.40, n.2, p.1-26, 1993.
- \_\_\_\_\_.; PEREZ, Luis H.; SOUZA, Sueli A. M. Mercado internacional e produção de banana: a estrutura produtiva e comercial do complexo bananeiro mundial. \_\_\_\_\_, SP, n.41, n.3, p.161-188, 1994.
- GUIMARÃES, Alberto P. **Quatro séculos de latifúndio**. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 255p. (Coleção Estudos Brasileiros, 24).
- HOBBSAWM, Eric J. **Da revolução industrial inglesa ao imperialismo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984.
- HOMEM DE MELLO, Mario D. Os primórdios do Instituto de Economia Agrícola e o papel do Dr. Ruy Miller Paiva em sua criação e consolidação. *Agricultura em São Paulo*, SP, v.35, n.esp, p.7-12, 1988.
- KAGEYAMA, Angela coord. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, Guilherme C.; GASQUES, José G.; VILLA VERDE, Carlos M. org. **Agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 1990. p.113-223.
- KEYNES, John M. **A teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 333p. (Os Economistas).
- LANDAUER, Carl. **Teoría de la planificación económica**. Mexico, Fondo de Cultura Económica, 1945. 231p.
- MAGALHÃES, João P. A. **Controvérsia brasileira sobre o desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Edição Desenvolvimento e Conjuntura, 1961. 43p.
- MILL, John S. **Princípios de economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 431p. (Os Economistas).
- PAIVA, Ruy M. Uma característica da agricultura de São Paulo. *O Estado de S. Paulo*, SP, 12 mar. 1946. p.4.
- \_\_\_\_\_. **Crédito agrícola e desenvolvimento econômico**. São Paulo: Secretaria da Agricultura, 1956. 10p. mimeo.
- \_\_\_\_\_. **Factors affecting cotton production in southern Brazil**. Texas: Faculty of the Agricultural and Mechanical, 1941.
- \_\_\_\_\_. **O problema dos alimentos**. São Paulo: Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, Diretoria de Publicidade Agrícola, 1949a. 18p.
- \_\_\_\_\_. **Planejamento da produção agrícola de São Paulo**. São Paulo: Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, Diretoria de Publicidade Agrícola 1949b. 16p.
- \_\_\_\_\_. **Problemas da agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/SIMA, 1954. 122p.
- \_\_\_\_\_. **Scope and methods of agricultural**

- economics in São Paulo. **Journal of Farm Economics**, v.32, n.2, p.282-289, 1950.
- PASTORE, Affonso C. A oferta de produtos agrícolas no Brasil. In: PASTORE, José coord. **Agricultura e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: APEC/ABCAR, 1973. p.113-149.
- PETRONE, Maria Thereza S. **A lavoura canavieira em São Paulo**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968. 241p.
- RANGEL, Ignácio M. **El desarrollo económico en Brasil**. Santiago do Chile: CEPAL, 1954. 167p. mimeo.
- RELATÓRIO DA COMISSÃO DE ESTUDO PARA MELHORIA DAS CONDIÇÕES DO ABASTECIMENTO. São Paulo: Secretaria da Agricultura, 1953. 213p. mimeo.
- RELATÓRIO DA COMISSÃO DO REERGUMENTO DA LAVOURA CAFEEIRA. São Paulo: Secretaria da Agricultura, 1945. 75p. mimeo.
- SCHUH, George E. Saudações a Ruy Miller Paiva. **Agricultura em São Paulo**, SP, v.35, n.esp., p.13-14, 1988.
- SCHULTZ, Theodore W. **Agriculture in an unstable economy**. New York: McGraw-Hill, 1945. 299p.
- SILVA, Gabriel L. S. P. Alocução na abertura do Seminário Internacional de Política Agrícola. **Agricultura em São Paulo**, SP, v.35, n.esp., p.3-5, 1988.
- TEIXEIRA, Aloísio **O movimento da industrialização nas economias capitalistas centrais no Pós-Guerra**. Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1983. (Texto para Discussão, 25).
- URBAN, Maria L. P. et al. Desenvolvimento da produção de têxteis de algodão no Brasil. **Informações Econômicas**, SP, v.25, n.12, p.1-28, dez. 1995.
- WOLFF, R. **A miséria do liberalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.